

Boletim de Conjuntura do Distrito Federal

2º trimestre de 2018

codeplan
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de
Planejamento,
Orçamento e Gestão



Boletim de Conjuntura do Distrito Federal

2º trimestre de 2018

Brasília-DF, setembro de 2018

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Rodrigo Rollemberg
Governador

Renato Santana
Vice-Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAG**
Renato Jorge Brown Ribeiro
Secretário

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN
Lucio Remuzat Rennó Júnior
Presidente

Martinho Bezerra de Paiva
Diretor Administrativo e Financeiro

Bruno de Oliveira Cruz
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Ana Maria Nogales Vasconcelos
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Aldo Paviani
Diretor de Estudos Urbanos e Ambientais

EQUIPE RESPONSÁVEL

Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Bruno de Oliveira Cruz

Diretor

Clarissa Jahns Schlabit

Gerente de Contas e Estudos Setoriais

Larissa Maria Nocko

Gerente de estudos regional e metropolitano

Sandra Regina Andrade Silva

Chefe do Núcleo de Contas Regionais

Carlos Alberto Reis

Chefe do Núcleo de Análise de Índice de Preços

Euripedes Regina Rodrigues de Oliveira

Economista

João Renato Lerípio Gomes

Pesquisador

Editoração Eletrônica

Maurício Suda

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	5
1. INTRODUÇÃO.....	7
2. ECONOMIA BRASILEIRA	8
2.1. Nível de atividade.....	8
2.2. Inflação.....	9
2.3. Mercado de trabalho.....	10
2.4. Política fiscal	10
3. ATIVIDADE ECONÔMICA DO DF	12
3.1. Comércio.....	13
3.2. Serviços	15
4. ANÁLISE DE PREÇOS.....	18
4.1. Índice nacional de preços ao consumidor - INPC	22
5. MERCADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL	24
5.1. Mercado de Trabalho Formal	27
6. RESULTADO FISCAL DO DF	30
6.1. Receitas	30
6.2. Despesas	33
6.3. Investimentos	33
6.4. Resultado e Meta	34
6.5. Sustentabilidade do Endividamento.....	34

SUMÁRIO EXECUTIVO

Brasil

- Os resultados do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil para o segundo trimestre de 2018 indicam continuidade no processo de recuperação na economia brasileira, embora com impulso reduzido. Na comparação com o segundo trimestre de 2017, o PIB avançou 1,0%. Destacam-se indústria de transformação e serviços (comércio, atividades imobiliárias e transportes, armazenagem e correios), com números positivos no período. Já a agropecuária registrou recuo de 0,4%.
- A inflação brasileira, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apresentou forte crescimento no segundo trimestre. O acumulado foi influenciado, em grande medida, pelo resultado de junho, e, em doze meses, saltou de 2,68% em março para 4,39% em junho. Contudo, é importante destacar que o IPCA encerrou o trimestre abaixo do centro da meta de inflação perseguida pelo BCB, de 4,5%.
- O mercado de trabalho continua a mostrar sinais de ociosidade. A taxa de desocupação, de acordo com dados da PNAD Contínua divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou 12,4% no segundo trimestre contra 13,1% no trimestre anterior. Porém, o mercado formal de trabalho vem registrando criação de empregos, com ganho líquido de 350 mil postos de trabalho formais de abril a junho.
- No acumulado em doze meses, o déficit primário, com auxílio de algumas receitas extraordinárias, alcançou R\$ 108,3 bilhões (1,64% do PIB), praticamente estável em relação a dezembro quando estava em R\$ 110,5 bilhões (1,69% do PIB). O déficit nominal, no acumulado em doze meses, registrou saldo negativo de R\$ 497,9 bilhões (7,37% do PIB).

Distrito Federal

- A economia do Distrito Federal registrou avanço de 0,6%, de acordo com o IDECON/DF, no segundo trimestre de 2018 frente ao mesmo trimestre de 2017, arrefecendo após dois trimestres seguidos de alta de mais de 1,0%. A Indústria registrou queda, a Agropecuária teve variação nula e o setor de Serviços cresceu, sendo o responsável pela variação positiva do indicador.
- De um lado, a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) corrobora o resultado positivo, com alta no volume de serviços transacionados e, de outro lado, a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) aponta queda no volume do comércio ampliado, sendo concentrada em segmentos como o de automóveis e autopeças, livros, e materiais de escritório e informática.
- Em junho de 2018, o IPCA de Brasília acumulou no trimestre 1,76% de variação, um pouco abaixo da do Brasil. Os grupos que levaram a esse resultado no DF foram: *habitação, alimentação e bebidas e transportes*.
- Os resultados da PED Brasília registraram alta da taxa de desemprego total, alcançando 19,2%, em relação a março (18,9%). Em junho, o total de desocupados estava estimado em 316 mil pessoas. Pelos resultados do

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o DF acumulou um saldo positivo de 6.189 empregos formais no segundo trimestre de 2018.

- Em resumo, pode-se salientar que a economia do Distrito Federal mostra sinais positivos, porém com alguma acomodação. Segmentos como administração pública, comércio e construção mostram números negativos. De outro lado, segmentos de serviços que vinham mostrando retração passaram a dar sinal de recuperação. Tem havido criação de empregos formais, apesar do aumento da taxa de desemprego, e a inflação está sob controle, dentro da meta estabelecida. Os números de finanças públicas também mostram bom comportamento e trajetória.

1. INTRODUÇÃO

Esta é a quinta edição do Boletim de Conjuntura do Distrito Federal, consolidando o trabalho de acompanhamento econômico que a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) vem realizando. O Boletim se refere ao segundo trimestre de 2018, oferecendo uma visão do comportamento da atividade econômica no Distrito Federal. A defasagem de quase três meses se faz necessária para compatibilizar os dados econômicos do Distrito Federal, objetivando apresentar um quadro completo da economia no período avaliado. Contudo, a Codeplan acompanha e analisa, em outras publicações, as variáveis econômicas mais recentes já disponibilizadas, como é o caso do IPCA/Brasília e da PED. O objetivo do Boletim, além de dar publicidade aos dados mais recentes do Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal (IDECON/DF), é o de contextualizar o desempenho das atividades econômicas do DF com demais agregados econômicos locais e nacionais, compondo um quadro macroeconômico mais amplo.

Quando se analisa os números da economia do Distrito Federal no segundo trimestre de 2018, é possível perceber que a atividade econômica embora positiva mostra uma trajetória de acomodação, influenciada, possivelmente, pela greve de caminhoneiros que ocorreu por 10 dias no mês de maio. Além disso, o cenário ainda se mostra recessivo em alguns segmentos, de maneira que o resultado oferece um quadro positivo, ainda que erráticos em variáveis.

Esta análise de conjuntura se estrutura com uma primeira seção avaliando o cenário nacional. Em seguida, são apresentados os resultados da economia do DF, medidos por meio do IDECON-DF, e de pesquisas mensais de serviços e comércio. A situação inflacionária da região é analisada pelo IPCA em seção seguinte. Logo após, oferece-se uma análise do mercado de trabalho, avaliando os números das pesquisas disponíveis para o DF, como a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADCT), e do banco de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho. Por fim, uma breve avaliação do quadro fiscal do Governo do Distrito Federal é oferecida, com base em relatórios oficiais.

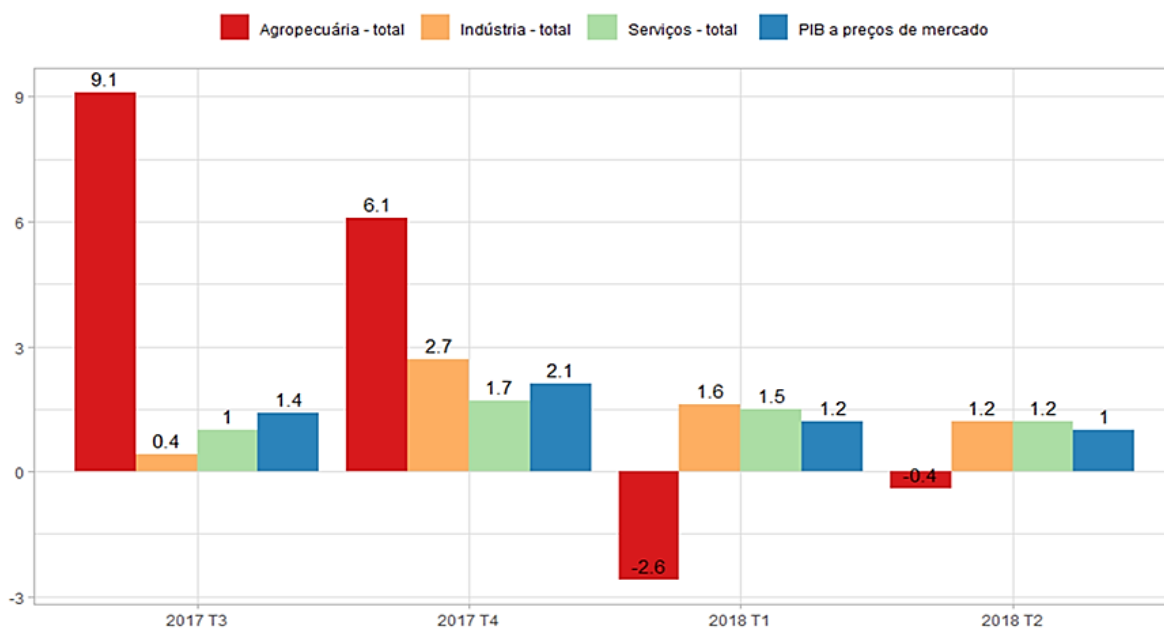
2. ECONOMIA BRASILEIRA

2.1. Nível de atividade

Os resultados apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o segundo trimestre de 2018 indicam continuidade no processo de recuperação da atividade na economia brasileira, embora com impulso bastante reduzido. Na comparação com o primeiro trimestre de 2018, o PIB avançou 0.2%. No acumulado em quatro trimestres, o crescimento foi de 1.4% em relação ao acumulado em quatro trimestres no mesmo período do ano anterior – avanço de apenas 0,1 p.p na comparação com o valor registrado no trimestre passado. As expectativas do mercado resumem a enorme frustração: no início de abril, a mediana das expectativas para o segundo trimestre era de avanço de 2,8% na comparação com igual período de 2017, ao passo que na véspera da divulgação dos resultados pelo IBGE a mediana das expectativas situava-se ao redor de 1,1% -- valor ainda ligeiramente superior ao verificado (1,0%).

Embora em menor magnitude do que o verificado no trimestre anterior, a agropecuária registrou novo recuo de 0,4% na comparação com o mesmo trimestre de 2017. Vale notar que este movimento não era esperado por analistas do mercado. A mediana das projeções indicava aumento de 0,13%. Indústria e serviços, por sua vez, registraram taxas de crescimento de 1,2%. Entretanto, vale ressaltar que ambos os setores registraram resultados abaixo do verificado no trimestre anterior – 1,6% e 1,5%, respectivamente, como pode ser visto no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Variação Trimestral (%) Produto Interno Bruto (PIB) - BRASIL - Trimestre em relação ao mesmo trimestre no anterior - 2017 e 2018



Fonte: IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

O setor de construção continua exercendo forte impacto sobre os resultados da indústria, com recuo de 1,1% no trimestre em relação ao segundo trimestre de 2017 e de 2,4% no acumulado em quatro trimestres. Por outro lado, as indústrias extrativas e de transformação apresentaram crescimento de 0,6% e 1,8%¹, respectivamente, ante o mesmo trimestre do ano anterior. No setor de serviços, o comércio registrou avanço de 1,9% no trimestre ante o mesmo trimestre de 2017 e de 3,7% no acumulado em quatro trimestres, mantendo o bom desempenho verificado nos últimos trimestres.

Pela ótica da demanda, os destaques positivos do trimestre são o investimento (formação bruta de capital fixo) e o consumo das famílias, com crescimento de 3,7% e 1,7%, respectivamente, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. No acumulado em quatro trimestres o investimento mantém a trajetória de recuperação iniciada no segundo trimestre de 2016, com variação de 2,6% ante -0,1% no trimestre anterior. Deve-se ressaltar que é o primeiro valor positivo nesta base de comparação desde o segundo trimestre de 2014. O consumo das famílias, por seu turno, registrou expansão de 2,3% nesta mesma base de comparação, ante 2,1% no trimestre anterior.

De maneira geral, os resultados positivos tanto do investimento quanto do consumo privado refletem o ambiente macroeconômico mais estável, com inflação baixa e taxa de juros acomodada em nível abaixo do observado em anos anteriores, o que proporciona maior poder de compra e melhores condições no mercado de crédito. Por outro lado, a paralisação no setor de transporte rodoviário ocorrida entre 21 e 31 de maio contribuiu para o menor desempenho de atividades como a agropecuária e a indústria de transformação, serviços de logística e de comércio interno e externo. Por fim, indicadores de confiança empresarial e do consumidor, medidos pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV), recuaram no segundo trimestre – incorporando o cenário de incerteza provocado pela greve dos caminhoneiros – o que sugere maior moderação para o investimento e o consumo privado.

No que se refere ao setor externo, as exportações brasileiras apresentaram redução de 2,9% no segundo trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. As importações, por sua vez, avançaram 6,8% nesta mesma base de comparação.

2.2. Inflação

A inflação brasileira, medida pelo IPCA, apresentou forte crescimento no segundo trimestre. O acumulado foi influenciado, em grande medida, pelo resultado de junho. De acordo com dados divulgados pelo IBGE, o IPCA avançou 1,89% no acumulado do trimestre – 1,26% somente em junho – contra 0,22% no mesmo período do ano anterior. Em doze meses, o indicador saltou de 2,68% em março para 4,39% em junho. Embora com avanço expressivo, é importante destacar que o IPCA encerrou o trimestre abaixo do centro da meta de inflação perseguida pelo BCB, atualmente em 4,5%. O índice de difusão do IPCA, calculado pelo BCB, foi de 65,5% em junho – 18,3p.p. acima daquele verificado no mesmo mês do ano passado –, sinalizando que a deterioração em junho foi disseminada.

Dentre os grupos que exercem maior peso no IPCA, o destaque foi o grupo *Habituação* que registrou avanço de 3,51% no trimestre. Em grande medida, este resultado refletiu o aumento na *energia elétrica residencial* em decorrência das mudanças na bandeira tarifária nos meses de maio e junho. Adicionalmente, o grupo *Transporte* também exerceu grande pressão sobre o indicador, com variação de 1,99% no período, resultado influenciado pelo aumento nos combustíveis e das passagens aéreas. Por fim, o grupo *Alimentação e bebidas*

¹ De acordo com o IBGE, essa alta foi puxada pelo desempenho da produção de veículos, equipamentos de informática, derivados do petróleo, bebidas, metalurgia, máquinas e equipamentos, e móveis.

registrou crescimento de 2,45% no trimestre, refletindo diretamente o desabastecimento causado pela paralisação dos caminhoneiros.

As expectativas de mercado, sintetizadas no boletim Focus do Banco Central de 29/06/2018, apontam inflação ao redor de 4% em 2018 e 4,1% em 2019. A autoridade monetária, por seu turno, adotou postura de cautela ao manter a taxa de juros Selic em 6,5% a.a nas duas reuniões do Comitê de Política Monetária (COPOM) realizadas no trimestre. De acordo com comunicado divulgado após a reunião de junho, o COPOM justificou a decisão com base na dificuldade em extrair sinais claros sobre a atividade econômica por conta da contaminação dos indicadores devido à paralisação nos transportes, no âmbito doméstico, e do cenário internacional mais desafiador – sobretudo no que diz respeito ao processo de normalização monetária nos Estados Unidos e seu impacto sobre o preço dos ativos em economias emergentes. A expectativa do mercado, com base no boletim Focus, é que a taxa de juros encerre 2018 em 6.50% e 2019 em 8%.

2.3. Mercado de trabalho

Em que pese a recuperação observada desde o segundo trimestre de 2017, o mercado de trabalho ainda mostra sinais de ociosidade após um longo período de deterioração. A taxa de desocupação, de acordo com dados da PNAD Contínua divulgados pelo IBGE, registrou 12,4% no segundo trimestre contra 13,1% no trimestre anterior. Na comparação com o mesmo trimestre do no passado – mais apropriada para mitigar os efeitos sazonais – houve uma queda de 0,6 p.p. Vale ressaltar que este último resultado decorreu, em parte, da redução na taxa de atividade.

Dados do CAGED, divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mostram avanço no mercado de trabalho. Houve ganho líquido de 350 mil postos de trabalho formais de abril a junho, com destaque para o setor de *serviços* (172 mil) e *Agropecuária, extrativa mineral, caça e pesca* (87,5 mil). A *construção civil* também contribuiu positivamente, com saldo líquido de 42 mil. O *comércio* registrou criação de 17 mil vagas formais, ao passo que a indústria de transformação gerou 21 mil postos.²

2.4. Política fiscal

No que diz respeito às contas públicas, os dados disponíveis para o segundo trimestre sugerem algum avanço em relação ao mesmo período do ano anterior. De acordo com dados divulgados pelo Banco Central do Brasil, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 18,8 bilhões no segundo trimestre, ante R\$ 37,3 bilhões no mesmo período de 2017. No acumulado em doze meses, o déficit primário alcançou R\$ 89 bilhões em junho (1,34% do PIB).³ Apesar do esforço do Governo Federal em reduzir gastos (R\$ 98 bilhões de superávit no acumulado em doze meses até junho), o volume das despesas com INSS continua contribuindo negativamente (R\$ 190 bilhões de déficit no acumulado em doze meses até junho).

No lado financeiro, a despesa com juros nominais do setor público consolidado foi de R\$ 113 bilhões no trimestre, contra R\$ 96 bilhões no mesmo período de 2017. O melhor desempenho nas contas primárias contribuiu para reduzir o déficit nominal, que passou de

² Os valores referem-se à soma dos dados dentro e fora de prazo.

³ Para o ano de 2018, a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabeleceu como meta de resultado primário do Setor Público o déficit de R\$ 131,3 bilhões, equivalente a 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB) estimado para o ano. A meta decompõe-se da seguinte forma: déficit de R\$ 129,0 bilhões do Governo Central, déficit de R\$ 3,5 bilhões das estatais federais e superávit de R\$ 1,2 bilhões de estados e municípios.

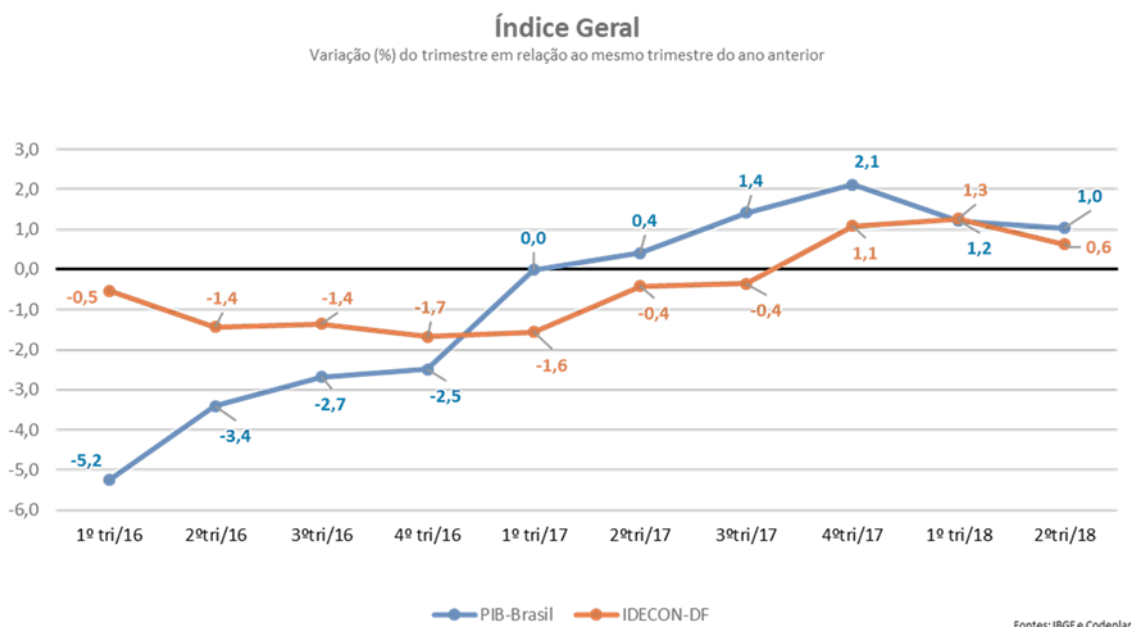
R\$ 133,4 bilhões no segundo trimestre de 2017 para R\$ 132,5 bilhões no segundo trimestre deste ano. No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$ 487 bilhões (7,28% do PIB) em junho, ligeira redução ante o apurado no primeiro trimestre deste ano.

Pela ótica do estoque, a dívida bruta do governo geral alcançou R\$ 5,1 trilhões em junho (77,2% do PIB), elevando-se 1,9 p.p. do PIB em relação ao mês de março. A dívida líquida do setor público, por sua vez, alcançou R\$ 3,4 trilhões (52,3% do PIB) em junho, redução de 0,9 p.p. do PIB em relação a março.

3. ATIVIDADE ECONÔMICA DO DF

O Índice de desenvolvimento econômico para o Distrito Federal (IDECON/DF) registrou avanço de 0,6% no segundo trimestre de 2018 quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior (Gráfico 2). A variação ficou abaixo da registrada no primeiro trimestre de 2018 e, juntamente com a desaceleração observada no Produto Interno Bruto (PIB) a nível nacional, reforça a ideia de acomodação do processo de recuperação econômica.

Gráfico 2 - Variação Trimestral (%) Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desempenho Econômico do DF (IDECON-DF) – Trimestre em relação ao mesmo trimestre no anterior – Brasil e Distrito Federal – 2016 a 2018



Fontes: Codeplan e IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Na análise setorial, é possível verificar que o setor de *Serviços* foi novamente responsável pelo desempenho positivo da economia do Distrito Federal no 2º trimestre, assim como no primeiro trimestre de 2018. Com participação de 94% na atividade do DF, o crescimento de 0,7% compensou a retração observada na *Indústria*, de -1,3%, e a variação nula na *Agropecuária*. Os destaques positivos foram o segmento *Outros serviços* (2,4%), *Serviços de informação* (1,3%) e *Comércio* (1,0%). Por outro lado, *Administração, saúde e educação públicas* registrou queda não esperada de 0,4%, segurando o resultado do IDECON/DF em patamar abaixo de 1,0% de variação (Tabela 1).

Tabela 1 - IDECON-DF e PIB-Brasil: Variações trimestral dos setores e das atividades econômicas em relação ao mesmo trimestre do ano anterior - 2017 e 2018

Setores e Atividades Econômicas	PIB - Brasil		IDECON - DF		Peso (%)
	2T2017	2T2018	2T2017	2T2018	
Agropecuária	14,8	-0,4	13,6	0,0	0,3
Indústria	-1,9	1,2	-3,7	-1,3	5,4
Extrativa mineral	6,0	0,6	-	-	-
Indústria de transformação	-0,9	1,8	-2,5	-0,1	1,4
Construção	-7,1	-1,1	-4,2	-1,1	2,9
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	-0,5	3,1	-	-	-
Outros da indústria	-	-	-4,0	-3,4	1,0
Serviços	-0,2	1,2	-0,3	0,7	94,3
Comércio	1,0	1,9	-1,1	1,0	6,8
Serviços de informação	-2,5	0,4	-1,6	0,7	3,4
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	-1,7	0,6	-2,2	1,3	14,3
Administração, saúde e educação públicas	-1,2	0,5	0,0	-0,4	44,7
Transporte, armazenagem e correio	-0,5	1,1	-	-	-
Atividades imobiliárias	0,9	3,0	-	-	-
Outros serviços	0,7	0,9	0,7	2,4	25,2
IDECON-DF / PIB-Brasil	0,4	1,0	-0,4	0,6	100,0

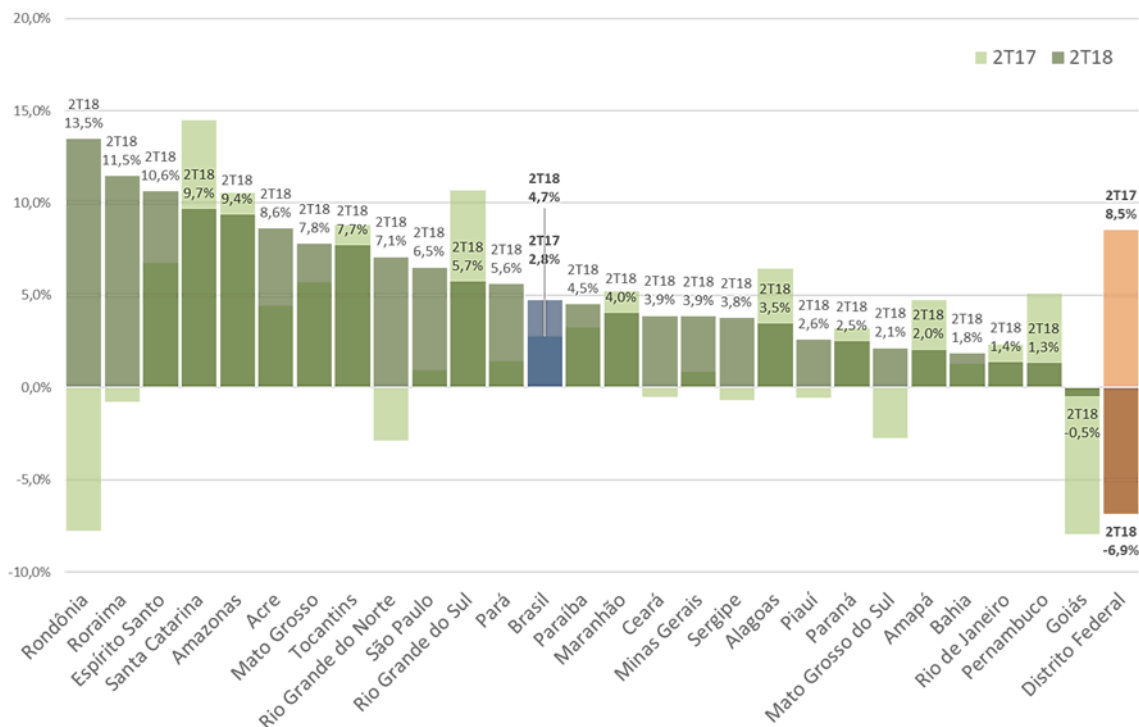
Fontes: Codeplan e IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

3.1. Comércio

Os dados do segundo trimestre do ano da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/IBGE) mostram um resultado diferente do apresentado pelo IDECON/DF. Isso decorre da diferente metodologia distinta dos indicadores. De acordo com a pesquisa do IBGE, o segmento de varejo ampliado encolheu 6,9%, configurando o pior resultado entre as Unidades Federativas (Gráfico 3). Para fins comparativos, no mesmo trimestre de 2017, o segmento havia crescido 8,5%.

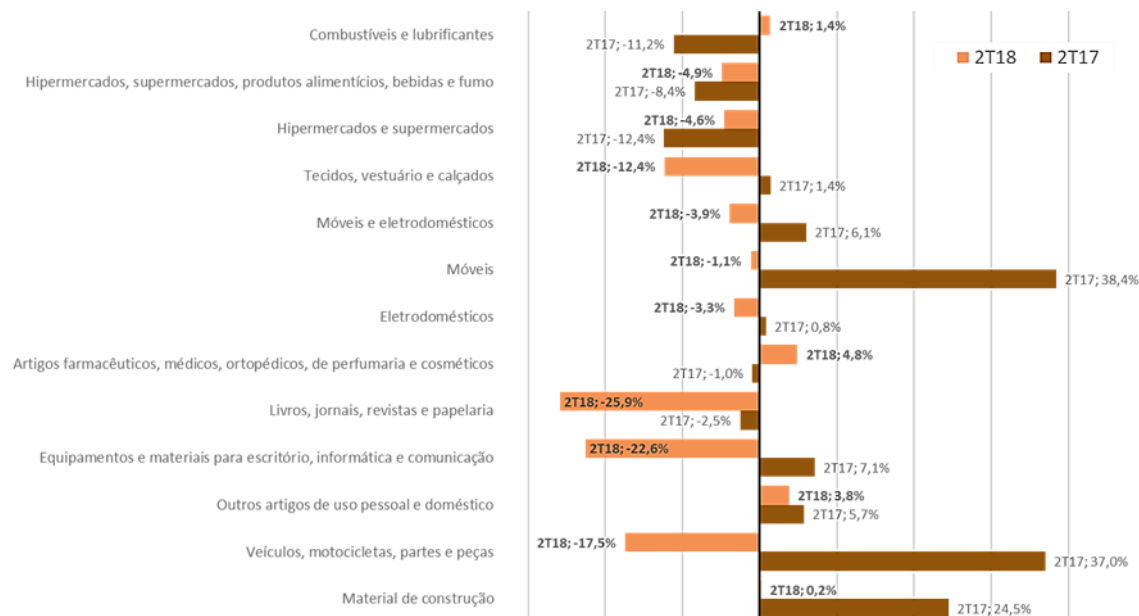
A análise desagregada revela que a maiorias das atividades de comércio apresentaram retração no trimestre, com destaque para *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-22,6%), *Livros, jornais revistas e papelaria* (-25,9%) e *Veículos, motocicletas, partes e peças* (17,5%), recuo que surpreende após um longo período com sucessivos aumentos de volume de comércio. De resultados positivos, cita-se, *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, com alta de 4,8%, *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, com 3,8%, e *Combustíveis e lubrificantes*, com 1,4% (Gráfico 4).

Gráfico 3 - Variação (%) do volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado – Brasil e Unidades da Federação – Variação (%) acumulada no 2º trimestre de 2017 e de 2018



Fonte: IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

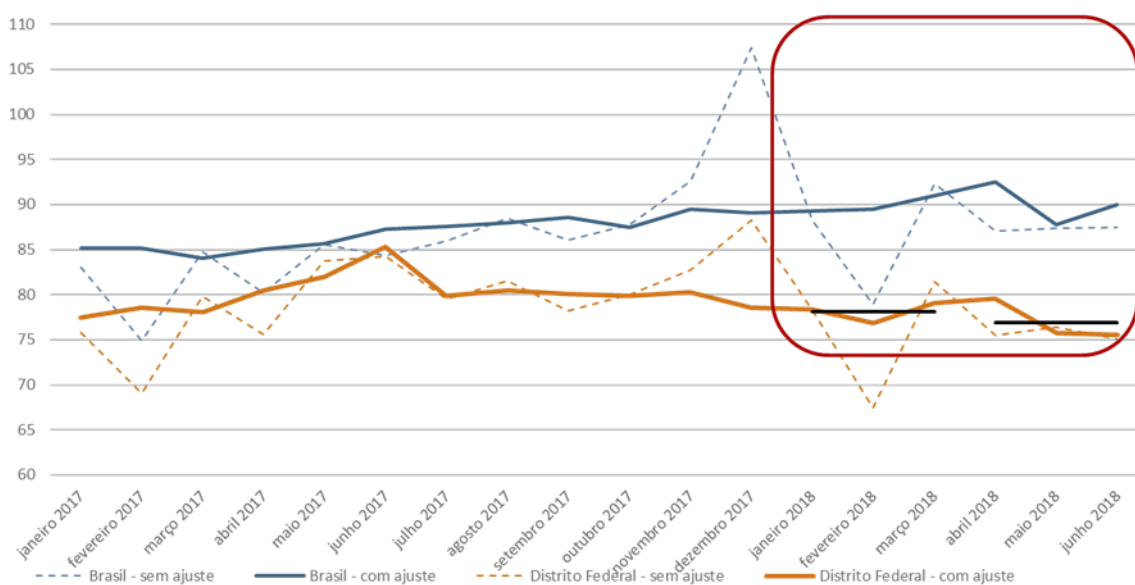
Gráfico 4 - Volume de vendas dos segmentos do comércio varejista ampliado – Variação trimestral frente ao mesmo período do ano anterior (%) – Distrito Federal – 2º trimestre de 2017 e 2018



Fonte: IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Cabe notar que o resultado para o segmento de Comércio foi bastante influenciado pela greve de dos caminhoneiros, que ocorreu nos últimos 10 dias do mês de maio, e que teve repercussão não apenas no faturamento das empresas e na produção, mas também em todo o processo de logística, impactando o mês de junho também. Isso pode ser visto no Gráfico 5, em que é possível observar o impacto no volume de comércio tanto para o Distrito Federal como para o Brasil no mês de maio, especificamente. Contudo, enquanto o volume volta a crescer no país, no DF, ele se mantém em patamar mais baixo, sinalizando ou uma defasagem na recuperação ou que o comércio está atingindo um patamar de acomodação. De toda forma, percebe-se que o volume de comércio atinge um pico em julho de 2017 e, desde então, vem decaindo lentamente ao longo dos meses. Uma análise mais acurada, no entanto, será possível somente com dados dos meses seguintes.

Gráfico 5 - Volume de vendas dos segmentos do comércio varejista ampliado – Variação acumulada em 12 meses (%) - Distrito Federal – 2013 a 2018



Fonte: IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

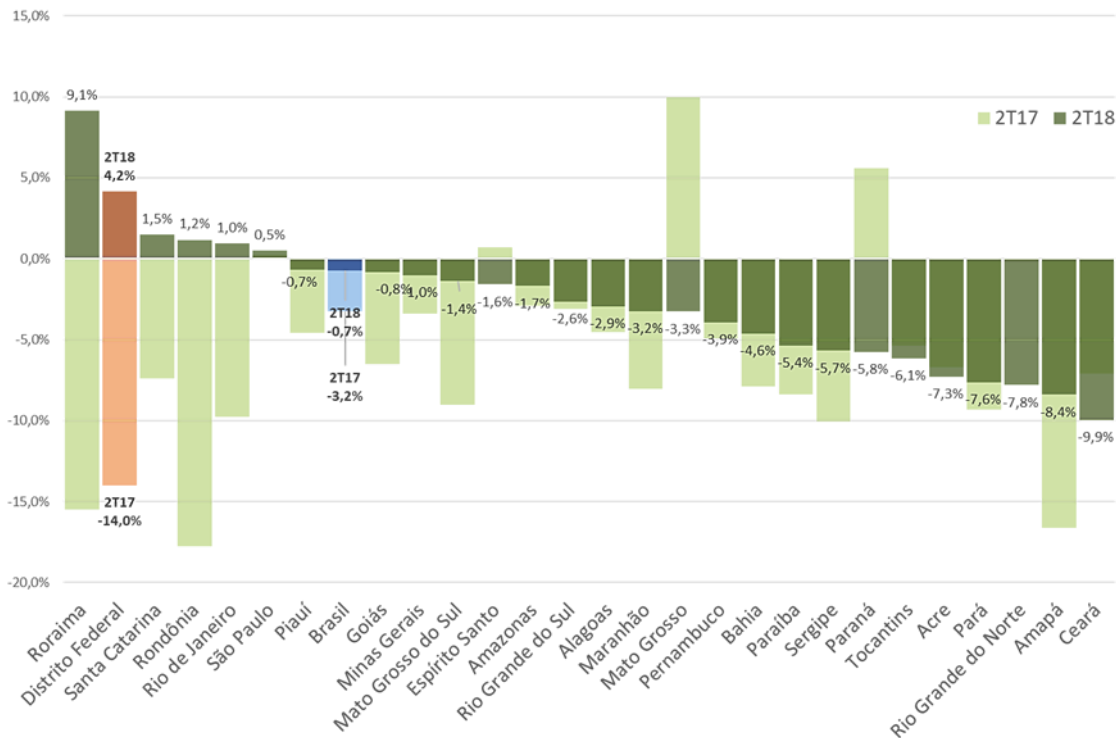
3.2. Serviços

Já os dados da Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS/IBGE) para o segundo trimestre de 2018 apontam alta, em consonância com os resultados do IDECON/DF. De acordo com a pesquisa do IBGE, houve aumento de 4,2% no trimestre frente ao mesmo período do ano anterior. Este resultado está um pouco acima do indicador calculado pela Codeplan porque a PMS não incorpora o setor público, o qual apresentou redução de 0,4% no IDECON/DF. O resultado positivo para o Distrito Federal aparece em segundo lugar no ranking entre as Unidades Federativas, sendo que o Brasil apresentou retração de 0,7% no mesmo período (Gráfico 6).

Em termos de trajetória, o setor de *Serviços* também apresenta cenário diferente daquele observado no *Comércio*. Em particular, o mês de janeiro de 2017 é o pico da série de volume dos últimos 18 meses, como pode ser observado no Gráfico 7. O ano de 2017 foi um ano de retração e estagnação em patamares baixos para o setor, com alguns períodos de alta, porém, de curto fôlego. E, em 2018, é possível ver um processo de retomada desde fevereiro de 2018, com uma trajetória crescente que vem se mantendo há quatro meses. Cabe

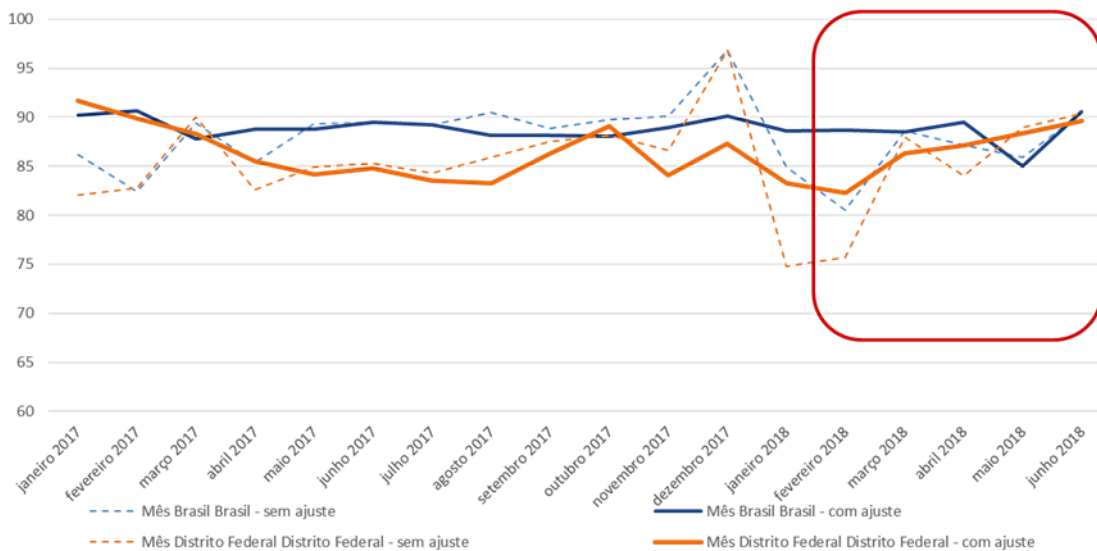
uma breve menção ao comportamento do índice de volume brasileiro nos meses de maio, queda, e de junho, alta, refletindo justamente a greve dos caminhoneiros.

Gráfico 6 - Variação (%) do volume de Serviços – Brasil e Unidades da Federação – Variação (%) acumulada no 1º trimestre de 2018



Fonte: IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

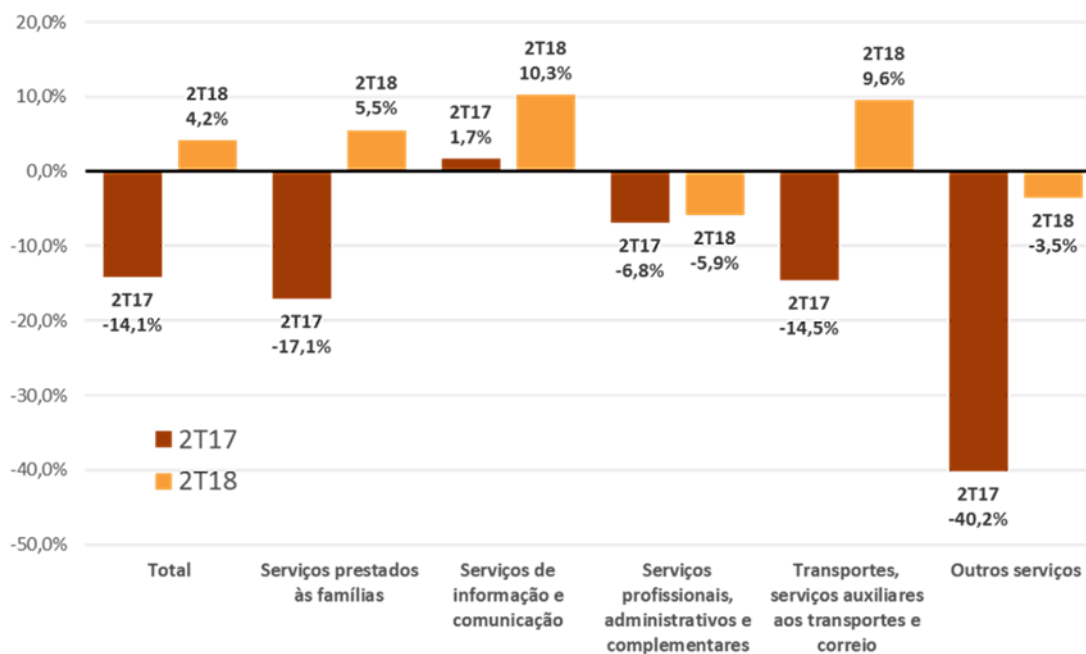
Gráfico 7 - Volume de Serviços – Índice de base fixa (2014=100) – com e sem ajuste sazonal – Distrito Federal e Brasil – 2017 e 2018



Fontes: Codeplan e IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Na análise desagregada, três dos cinco subsetores apresentaram alta no segundo trimestre deste ano. São eles: *Serviços prestados às famílias* e os *Outros serviços*, com alta de 5,5% em relação ao mesmo trimestre de 2017, *Serviços de informação e comunicação*, com 10,3%, e *Transportes, serviços auxiliares ao transporte e correios*, com 9,6%. Note-se que, no mesmo trimestre de 2017, todos os subsetores de serviços haviam registrado queda, de forma que esse resultado do segundo trimestre de 2018 reflete sinais positivos do setor.

Gráfico 8 - Volume de Serviços – Variação trimestral frente ao mesmo período do ano anterior (%) – Distrito Federal – 2017 e 2018



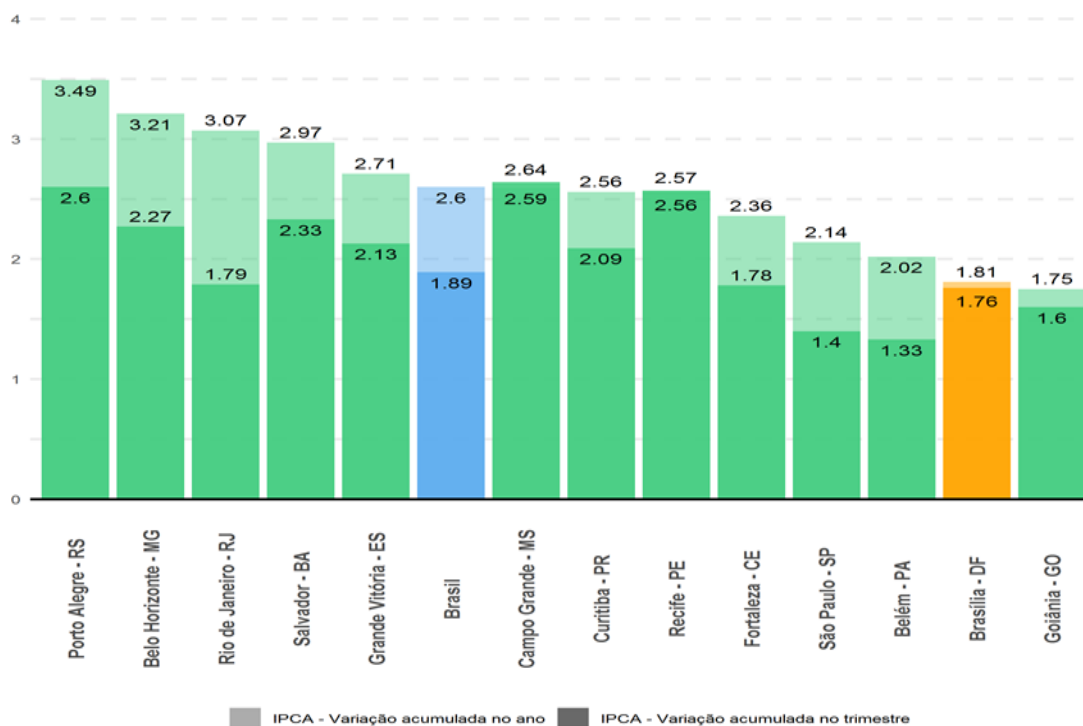
Fonte: IBGE

Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

4. ANÁLISE DE PREÇOS

Após registrar variação próxima a zero no acumulado do primeiro trimestre do ano, o nível geral de preços em Brasília apresentou forte avanço no segundo trimestre. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) registrou crescimento de 1,76% no acumulado entre abril e junho – maior crescimento para o segundo trimestre desde 2015 – e representou praticamente toda a variação do semestre (1,81%). Entretanto, cabe notar que este movimento ocorreu em todas as unidades da federação e na maioria delas em maior magnitude: das 13 regiões pesquisadas pelo IBGE, Brasília registrou a quarta menor variação (Gráfico 9).⁴

Gráfico 9 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)
Variação acumulada no trimestre e no ano (%) – Brasil e regiões –junho de 2018



Fonte: IBGE

Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

O resultado do segundo trimestre no Distrito Federal refletiu, em grande medida, o comportamento dos grupos *Habitação* (3,01%), *Alimentação e bebidas* (2,52%) e *Transportes* (1,51%). No grupo *Habitação*, houve forte pressão da *energia elétrica residencial* (10,79%). Por um lado, as mudanças na bandeira tarifária – que passou de verde em abril para amarela em maio e, por fim, para vermelha patamar 2 em junho – elevou de maneira significativa o

⁴ A partir de maio de 2018, o IBGE passou a contar com mais três regiões na pesquisa: Aracajú/SE, São Luís/MA e Rio Branco/AC. Todavia, como estas regiões só contam com valores para maio e junho, não foram consideradas nesta análise.

preço da energia elétrica⁵. Por outro lado, a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) de um reajuste extraordinário para distribuidora do Distrito Federal, a Companhia Energética de Brasília (CEB), de 8,8% em média na tarifa de energia local ocorrido no final de junho, exerceu impacto adicional na leitura do trimestre.

O grupo *Alimentação e bebidas* sofreu forte impacto da paralisação dos caminhoneiros ocorrida nos últimos 10 dias de maio. Mais especificamente, a *Alimentação no domicílio* – subgrupo mais sensível aos choques – registrou avanço de 3,82% no trimestre – 3,13% somente no mês de junho, a segunda maior variação mensal da série histórica iniciada em 2012.

No grupo *Transportes*, por sua vez, os avanços do dólar e do preço do petróleo no mercado internacional foram repassados aos preços domésticos da *gasolina*, que registrou variação de 9,53% no trimestre. Com peso expressivo na cesta de consumo do brasiliense, esse subitem foi o que mais contribuiu para o avanço da inflação no período, com 0,58 pp. No sentido oposto, vale destacar a redução de 20% nos preços da passagem aérea no segundo trimestre. Com peso bastante superior no IPCA de Brasília quando comparado à média nacional, este subitem amorteceu o avanço do grupo e contribuiu, de maneira isolada, para reduzir o índice geral em 0,31 pp.⁶

Tabela 2 - IPCA - Índice geral e grupos - Brasília e Brasil - Acumulado no trimestre e no ano (%) – junho de 2018

Grupo	Brasília - DF		Brasil	
	2º Trimestre	Ano	2º Trimestre	Ano
Índice geral	1,76	1,81	1,89	2,60
1.Alimentação e bebidas	2,52	3,63	2,45	2,94
2.Habitação	3,01	2,30	3,51	3,05
3.Artigos de residência	1,00	1,09	0,50	0,75
4.Vestuário	2,39	1,64	1,04	0,00
5.Transportes	1,51	-0,28	1,99	3,61
6.Saúde e cuidados pessoais	1,38	2,26	1,86	3,17
7.Despesas pessoais	0,71	1,21	0,56	1,00
8.Educação	0,07	3,45	0,16	4,58
9.Comunicação	0,18	0,00	0,09	-0,08

Fonte: IBGE

Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Tabela 3 - IPCA - subitens com as maiores (vermelho) e menores (verde) variações
Variação acumulada no trimestre e peso médio no trimestre – Brasília – junho de 2018

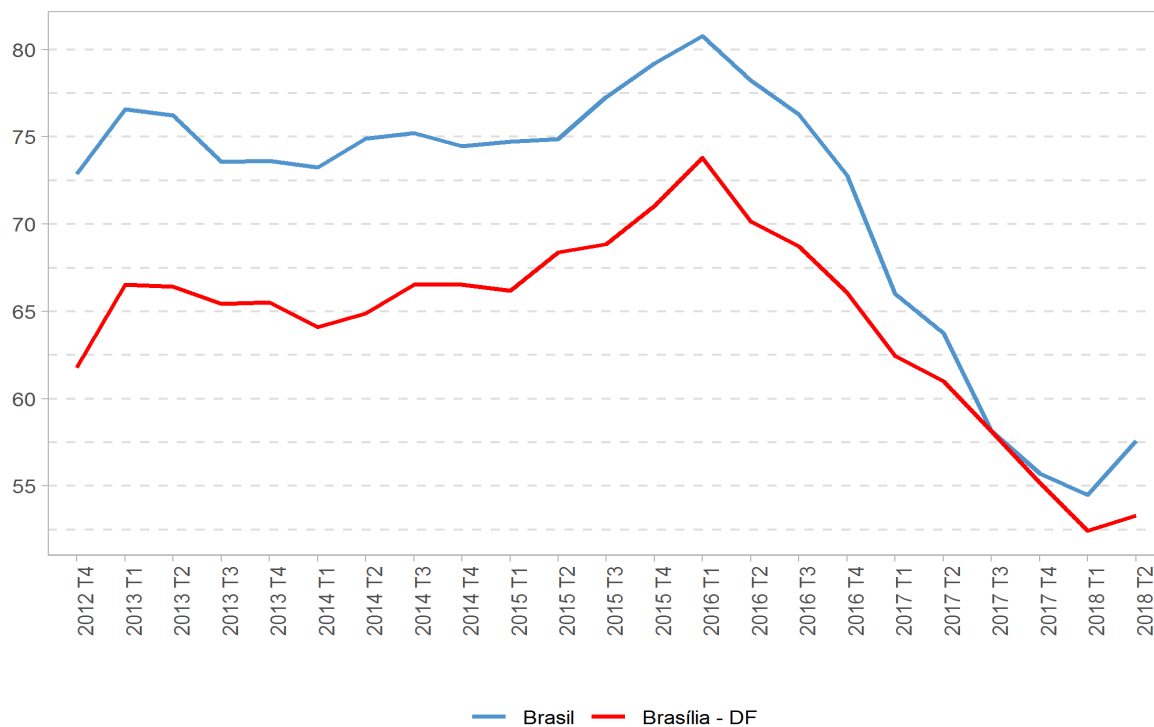
Item	Variação	Peso	Contribuição
Gasolina	9,63	5,98	0,58
Energia elétrica residencial	10,79	3,07	0,33
Leite longa vida	23,66	0,78	0,18
Refeição	1,55	6,31	0,1
Plano de saúde	3,24	2,78	0,09
Excursão	-5,4	0,26	-0,01
Etanol	-2,76	0,59	-0,02
Lanche	-0,62	2,73	-0,02
Tomate	-8,44	0,23	-0,02
Passagem aérea	-20,71	1,5	-0,31

⁵ Na bandeira amarela, a tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,00 a cada 100 kWh consumidos. Na bandeira vermelha (patamar 1), este acréscimo é de R\$ 3,00. Já na bandeira vermelha (patamar 2), o acréscimo é de R\$ 5,00.

⁶ O peso do item gasolina no IPCA de junho de 2018 foi de 6,09% em Brasília contra 4,49% no Brasil. Para o item passagem aérea, estes valores foram, respectivamente, 1,31% e 0,31%.

Apesar das expressivas variações em determinados subitens (Tabela 3), o índice de difusão do IPCA mostra que o avanço dos preços apresentou caráter mais disseminado no segundo trimestre alcançando 53,3% no segundo trimestre ante 52,4% no primeiro trimestre, considerando a média móvel de 4 trimestres.⁷ Entretanto, é possível que a paralisação dos caminhoneiros tenha contribuído para o resultado ao afetar a oferta de diversos bens e serviços na economia. De todo modo, o avanço foi mais contido em Brasília quando comparado à média nacional (Gráfico 10).

Gráfico 10 - IPCA - Índice de difusão (%) - Média móvel de 4 trimestres – Brasil e Brasília – 4º Trimestre de 2012 a 2º Trimestre de 2018

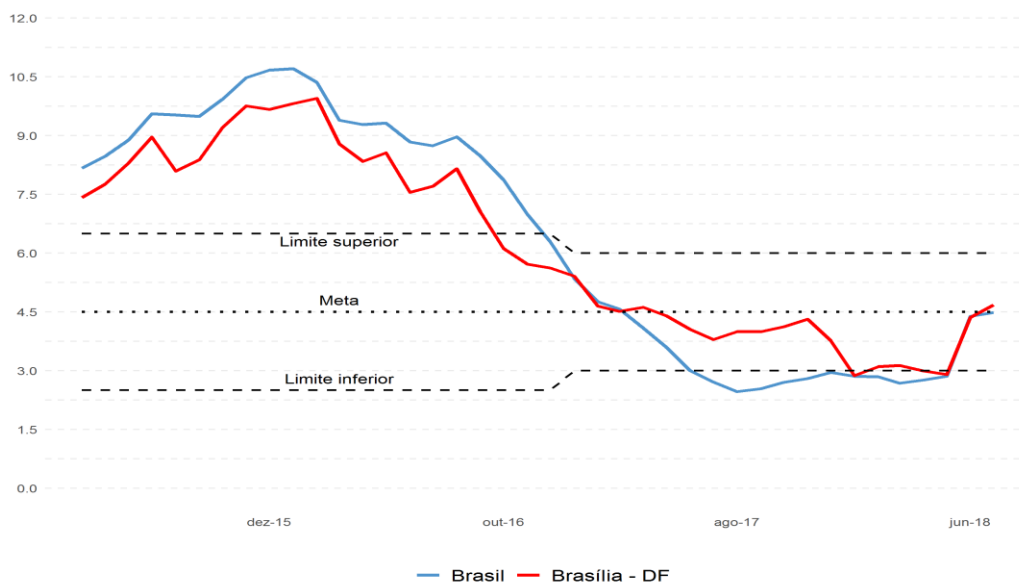


Fonte: IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

A análise da trajetória do IPCA ao longo dos últimos doze meses revela que, a despeito dos fortes impactos derivados de segmentos específicos e do choque negativo provocado pela paralisação dos caminhoneiros no trimestre, a inflação segue em patamar compatível com a meta perseguida pelo Banco Central tanto no âmbito regional como na média nacional. Isto se deve ao fato de o IPCA ter se situado abaixo do limite inferior da meta até maio de 2018, o que permitiu acomodar estas variações sem, contudo, comprometer o objetivo da autoridade monetária (Gráfico 11).

⁷ O índice de difusão mede a proporção de subitens que apresentaram variação positiva no período analisado. Para esta análise, foram considerados os itens que apresentaram variação positiva no acumulado do trimestre.

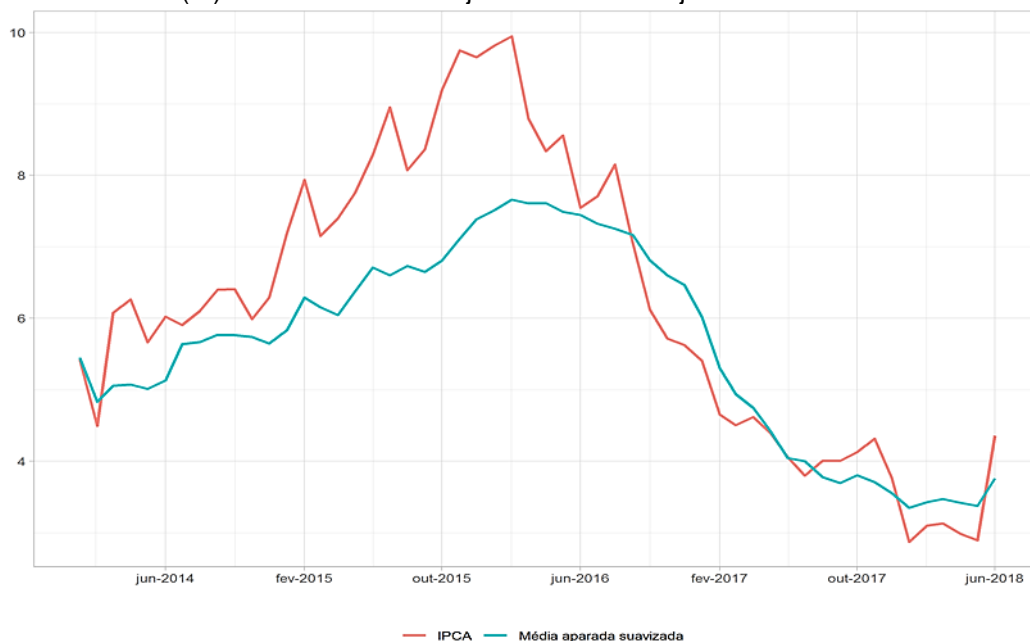
Gráfico 11 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Brasília/DF e Brasil
Variação acumulada em doze meses (%) – março de 2015 a junho de 2018



Fonte: IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Ademais, a medida de núcleo por média aparada suavizada – a qual retira do índice original os itens com as maiores e as menores variações em cada mês e suaviza as variações dos itens administrados⁸ – encontra-se em patamar bastante confortável (3,76%) e seu avanço foi bem menos pronunciado que no IPCA original (Gráfico 12). Isto ratifica a conclusão de que os aumentos de maior magnitude foram concentrados em um conjunto menor de itens.

Gráfico 12 - IPCA – Índice original e núcleo por média aparada suavizada - Variação acumulada em 12 meses (%) – Brasil e Brasília – janeiro de 2014 a junho de 2018

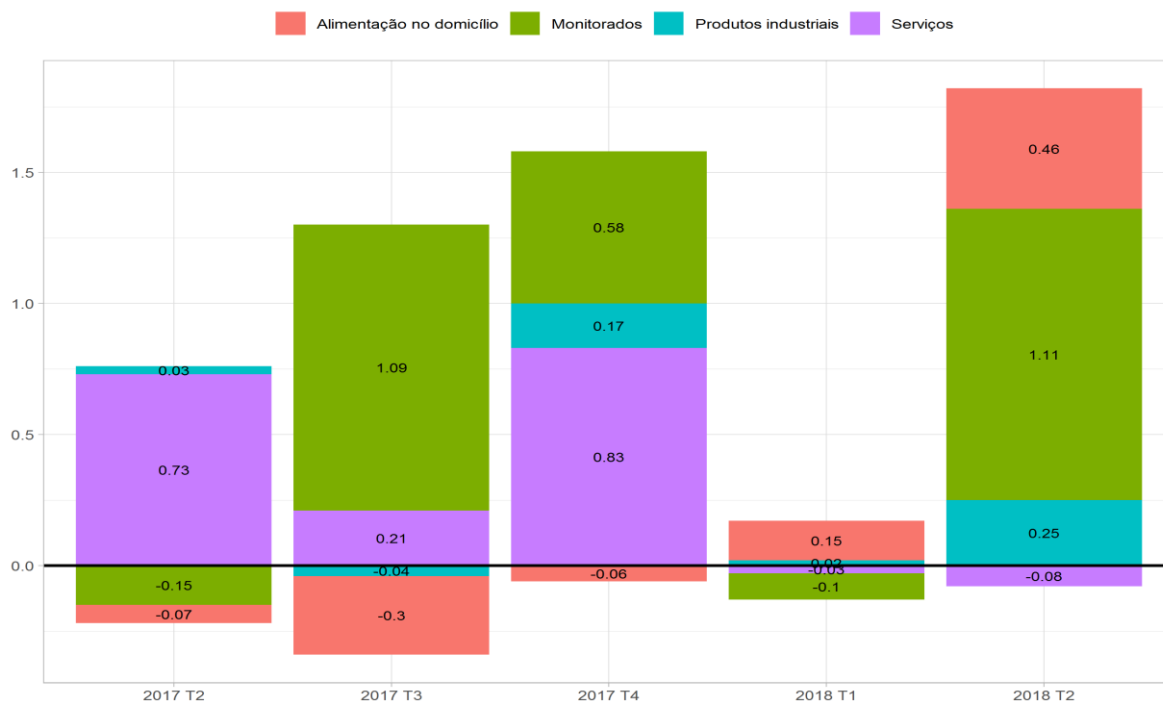


Fonte: IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

⁸ Para maiores detalhes sobre a construção deste indicador, ver a Nota Técnica “Medidas de Núcleo para a Inflação de Brasília”. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/NT-Medidas-de-N%C3%BAcleo-de-Infla%C3%A7%C3%A3o-para-Bras%C3%ADlia.pdf>

Por fim, a análise da evolução de segmentos selecionados do IPCA⁹ revela que a trajetória dos preços livres – produtos industriais, serviços e alimentação no domicílio – tem apresentado comportamento mais moderado, especialmente no que diz respeito aos produtos industriais e à alimentação no domicílio. No segundo trimestre, todavia, este balanço se alterou em grande medida por conta da paralisação dos caminhoneiros. Contudo, o segmento de monitorados – em especial energia elétrica e gasolina – respondeu pela maior parte da variação no trimestre em virtude de reajustes tarifários e avanço do câmbio.

Gráfico 13 - IPCA por segmentos selecionados - Variação acumulada no trimestre (pp) – Brasília – 2º trimestre 2017 a 2º trimestre de 2018



Fonte: IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

4.1. Índice nacional de preços ao consumidor - INPC

O INPC – índice que calcula a variação dos preços para uma cesta representativa de consumidores com renda domiciliar entre um e cinco salários mínimos – apresentou elevação de 1,99% no segundo trimestre, acima, portanto, daquela registrada pelo IPCA (1,76%). Em especial, registraram avanços superiores aos do IPCA os grupos *alimentação e bebidas* (2,68%) e *transportes* (1,82%) (Tabela 4).

⁹ Os itens utilizados para construir os segmentos estão descritos no box “Atualizações das Estruturas de Ponderação do IPCA e do INPC e das Classificações do IPCA” do Relatório Trimestral de Inflação de Dezembro de 2011, divulgado pelo Banco Central do Brasil. Em especial, o segmento de produtos industriais é a soma dos segmentos de duráveis, semiduráveis e não-duráveis.
Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/reinf/port/2011/12/ri201112b3p.pdf>.

Tabela 4 - INPC - Índice geral e grupos - Brasília e Brasil - Acumulado no trimestre e no ano (%) – junho de 2018

Grupo	Brasília		Brasil	
	2º Trimestre	Ano	2º Trimestre	Ano
Índice geral	1,99	2,06	2,08	2,57
1. Alimentação e bebidas	2,68	3,84	2,65	2,88
2. Habitação	2,92	2,26	3,78	3,00
3. Artigos de residência	0,88	0,93	0,35	0,64
4. Vestuário	2,51	2,09	0,86	-0,09
5. Transportes	1,82	1,07	2,01	4,47
6. Saúde e cuidados pessoais	0,63	0,74	1,50	2,32
7. Despesas pessoais	0,62	1,01	0,59	0,78
8. Educação	0,14	1,93	0,29	4,37
9. Comunicação	0,05	-0,04	-0,03	-0,30

Fonte: IBGE

Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Isto se deve ao fato de que, para este perfil de consumidor, a alimentação no domicílio apresenta maior peso na cesta de consumo. Por outro lado, a *passagem aérea*, subitem cujo preço recuou no período, exerce baixa influência para este grupo. Adicionalmente, a *energia elétrica residencial* foi o item que mais pressionou o orçamento destes consumidores no segundo trimestre, contribuindo com 0,46 p.p para o índice total. Vale ressaltar também o forte impacto do leite no período, que avançou 23,66%, uma consequência da paralisação dos caminhoneiros – a variação apenas em junho foi de 15,17%, cerca de quatro vezes superior às variações observadas nos dois meses anteriores (Tabela 5). Com peso 60% maior na cesta dos consumidores de menor renda, este item contribuiu com 0,30 p.p para o índice geral.

Tabela 5 - INPC - subitens com as maiores (vermelho) e menores (verde) variações
Variação acumulada no trimestre e peso médio no trimestre – junho de 2018

Item	Varição	Peso	Contribuição
Energia elétrica residencial	10,82	4,22	0,46
Gasolina	9,63	3,65	0,35
Leite longa vida	23,66	1,25	0,30
Gás de botijão	8,99	1,69	0,15
Cebola	60,98	0,16	0,10
Linguiça	-5,96	0,31	-0,02
Cerveja	-1,91	1,06	-0,02
Pintura de veículo	-3,74	0,58	-0,02
Tomate	-8,44	0,33	-0,03
Passagem aérea	-20,71	0,39	-0,08

Fonte: IBGE

Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

No acumulado em doze meses, a variação do INPC foi de 3,29% em junho – abaixo dos 4,36% registrado no IPCA. No acumulado do ano, por sua vez, o INPC avançou 2,06% – acima do verificado no IPCA (1,81%). Entretanto, este grupo deve se beneficiar de maneira mais intensa do processo de normalização do abastecimento de alimentos nos próximos meses, o que tende a refletir um índice mais baixo, na ausência de novos choques.

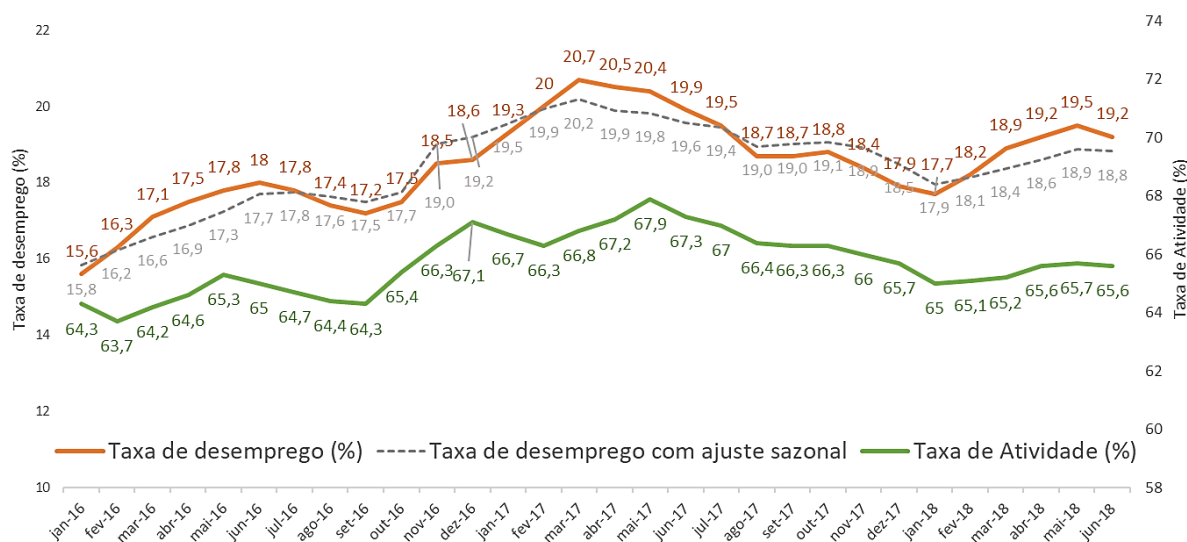
5. MERCADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL

A leitura dos dados da Pesquisa do Emprego e Desemprego (PED) referentes ao segundo trimestre de 2018 mostra uma situação pouco confortável para o mercado de trabalho no Distrito Federal ainda que parte dos resultados se mostrem positivos. De um lado, aumento da taxa de desemprego e também do número de desempregados indicam que o DF não tem sido bem-sucedido na criação de postos de trabalho suficientes para absorver a mão de obra que está procurando emprego.

De outro lado, houve criação de empregos formais, registrada no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MT). Esse acréscimo sinaliza que o mercado está caminhando no sentido de oferecer empregos de maior qualidade e com cobertura social, porém há ainda uma longa trajetória de recuperação.

A taxa de desemprego medida pela PED passou de 18,9% na média móvel dos três meses encerrados em março para 19,2% na média móvel dos três meses encerrados em junho. E, se retirados os efeitos sazonais, a taxa também cresceu continuando a indicar um aumento da procura por emprego em relação a março. Note-se que houve aumento do número de ocupados, de forma que a maior taxa de desemprego pode ter vindo, entre outros fatores, do maior número de pessoas ingressando no e/ou retornado ao mercado de trabalho. Em relação à comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o quadro se mostra mais favorável, com uma redução de 0,8 p.p. neste ano, mesmo controlando os efeitos sazonais.

Gráfico 14 - Resultados mercado de trabalho – Taxa de desemprego (%), Taxa de atividade (%) - Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) – Distrito Federal – média trimestral – 2016, 2017 e 2018



Fonte: PED-DF - Convênio SEATRAB-GDF, Codeplan, Seade-SP e DIEESE

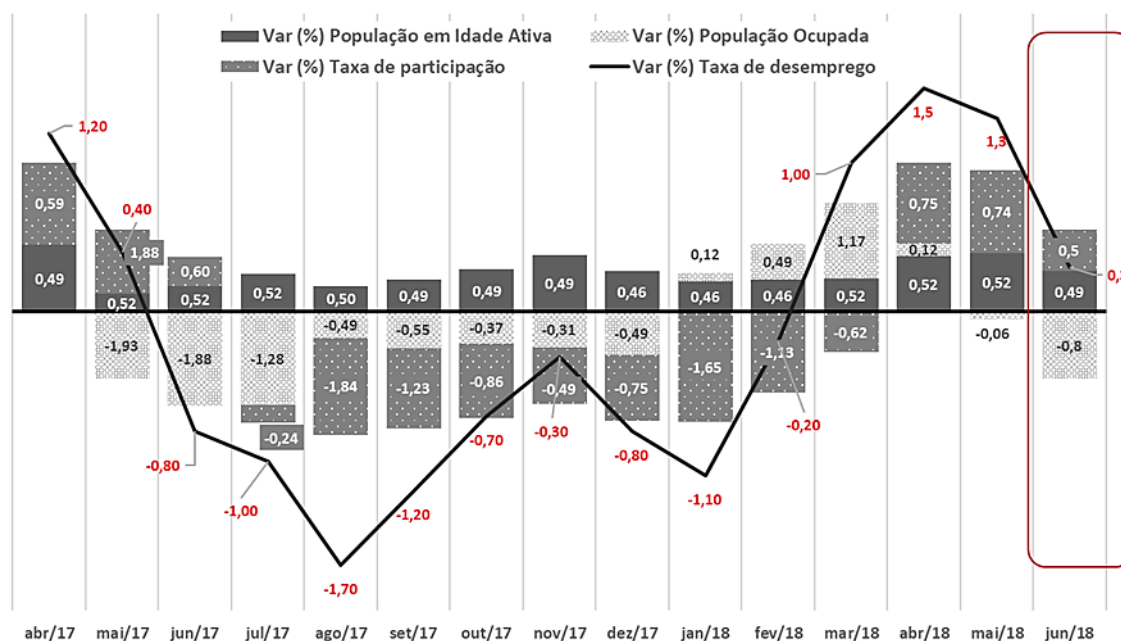
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

*Ajuste sazonal foi realizado Gecon/Dieps/Codeplan com ARIMA13X.

Quando analisada por meio de seus componentes,¹⁰ observa-se que a variação para cima da taxa de desemprego é reflexo do comportamento da taxa de atividade e da população em idade ativa, sendo que a população ocupada atuou em sentido contrário, evitando o aumento ainda maior da taxa de desemprego.

O exercício de decomposição da variação da taxa (Gráfico 15) mostra que o aumento na população ocupada na média móvel trimestral abril-maio-junho¹¹ contribuiu com 0,8pp para a redução da taxa de desocupação. Ao mesmo tempo, o crescimento da população em idade ativa (pessoas ingressando no mercado de trabalho) contribuiu com 0,5pp e a taxa de participação,¹² contribuiu com 0,49pp para o aumento da taxa de desemprego.

Gráfico 15 - Decomposição da variação (%) da taxa de desemprego (TD) por componentes: população em idade ativa (PIA), população ocupada (PO) e taxa de participação (TP)



Fonte: PED-DF - Convênio SEATRAB-GDF, Codeplan, Seade-SP e DIEESE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Dito de outra forma, o que essa decomposição aponta é que a taxa de desemprego subiu porque o aumento de ocupações formais e informais no trimestre móvel abril-maio-junho não foi suficiente para cobrir o incremento de pessoas ingressando no mercado de trabalho por crescimento demográfico ou retornando a ele.

Ademais, a PED registrou aumento de 1,0% no número total de ocupados em junho em relação a março, considerada a média móvel de três meses. Essa alta se concentrou nos empregados do setor privado sem carteira assinada (7,0%) e nos empregados domésticos (8,5%) e autônomos (3,9%) – essas três categorias haviam concentrado a queda no trimestre anterior. O número de ocupados no setor privado com carteira assinada teve variação negativa, de 1,5%, e, no setor público, houve queda de 1,7%.

¹⁰ Este exercício foi baseado no box “Decomposição da evolução da taxa de desemprego” do Relatório Trimestral de Inflação divulgado pelo Banco Central do Brasil no terceiro trimestre de 2014.

Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2014/09/ri201409b1p.pdf>.

¹¹ A PED é estimada em média móvel trimestral.

¹² A taxa de participação é a razão entre a população economicamente ativa (ocupados mais desocupados que buscam emprego) e a população em idade ativa (todos com idade igual ou acima de 15 anos). Dito de outra forma, é a oferta efetiva de trabalhadores no mercado de trabalho.

Tabela 6 - Resultados mercado de trabalho – Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) – Distrito Federal – Junho de 2018

	jun/17	mar/18	jun/18	jun-2018/jun-2017		jun-2018/mar-18	
				Variação %	Variação Absoluta	Variação %	Variação Absoluta
Indicadores (em mil pessoas)							
<i>População</i>							
Em idade ativa	2.449	2.494	2.509	2,4	60	0,6	15
Economicamente ativa	1.648	1.625	1.646	-0,1	-2	1,3	21
Ocupados	1.320	1.318	1.331	0,8	11	1,0	13
Desocupados	329	307	316	-4,0	-13	2,9	9
Inativos com 14 anos ou mais	800	869	862	7,7	62	-0,8	-7
<i>Posição na ocupação</i>							
Total de ocupados	1.320	1.318	1.331	0,8	11	1,0	13
Total de assalariados	941	949	942	0,1	1	-0,7	-7
Setor privado	639	646	644	0,8	5	-0,3	-2
Com carteira assinada	540	546	538	-0,4	-2	-1,5	-8
Sem carteira assinada	99	100	107	8,1	8	7,0	7
Setor público	301	303	298	-1,0	-3	-1,7	-5
Autônomos	170	181	188	10,6	18	3,9	7
Empregados domésticos	88	82	89	1,1	1	8,5	7
Demais posições	121	106	112	-7,4	-9	5,7	6
Taxas (em pontos percentuais)				Variação p.p.			
Taxa de desemprego total	20,0	18,9	19,2		-0,8	-	0,3
Taxa de desemprego com ajuste sazonal	19,6	18,4	18,8		-0,8	-	0,4
Nível da ocupação	53,9	52,8	53,0	-	-0,9	-	0,2
Taxa de participação na força de trabalho	67,3	65,2	65,6	-	-1,7	-	0,4
Rendimento médio real (em reais)				Variação %	Variação %		
	mai/17	fev/18	mai/18	(mai-2018/mai-2017)	(mai-2018/fev-2018)		
Ocupados	3.505	3.496	3.299	-5,9	-5,6		

Fonte: PED-DF - Convênio Seatrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e Dieese
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Já na comparação com o trimestre móvel encerrado em junho de 2017, os resultados apontam para melhorias em quase todas as variáveis, com aumento da ocupação e redução do desemprego. Isso mostra que a situação do mercado de trabalho no primeiro trimestre do ano passado estava pior, refletindo a recessão econômica em pleno curso até então no Distrito Federal.

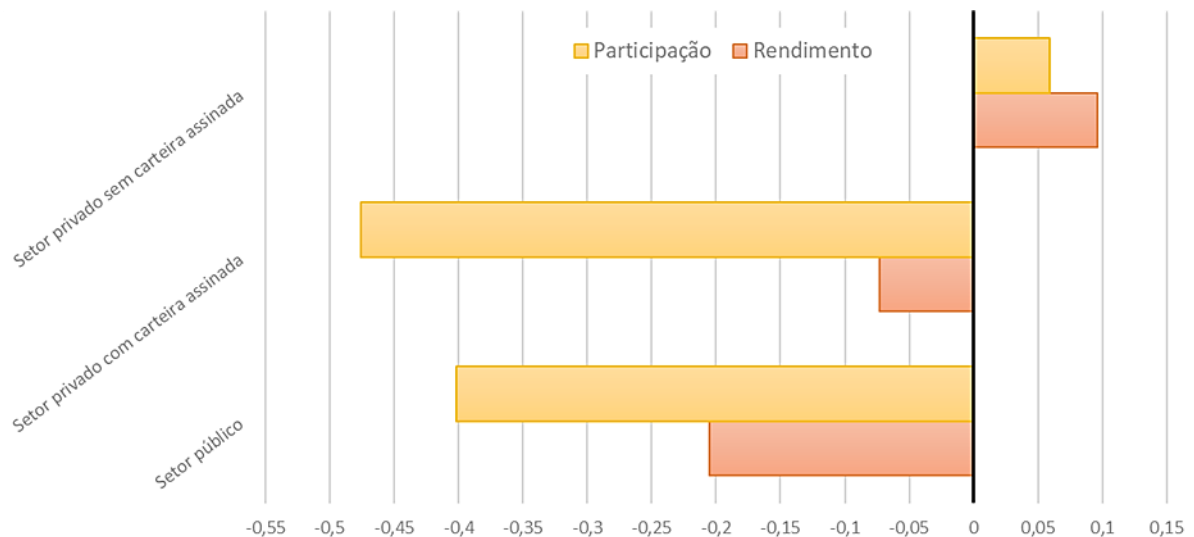
Apesar do incremento no número de ocupados, o rendimento médio dos assalariados sofreu queda de 5,6% em termos reais na passagem de março para junho de 2018, utilizando como referência a média móvel de três meses.¹³ Este resultado pode ser atribuído principalmente à redução do número de empregados no setor privado com carteira e no setor público.¹⁴ O Gráfico 16 mostra a decomposição da variação do rendimento médio, indicando justamente que foi a queda de participação no número de empregados no setor privado com

¹³ O rendimento médio sempre se refere ao mês anterior do mês em que foi feita a pesquisa: rendimento recebido no mês anterior.

¹⁴ De acordo com o box “Comportamento recente do rendimento do trabalho” do boletim regional do Banco Central do Brasil, divulgado em julho de 2017, os trabalhadores demitidos ou contratados recebem, respectivamente, 56% e 50% a menos que aqueles que permanecem ocupados, em média.

carteira e no setor público que impactou a queda no rendimento.¹⁵ Contudo, a diminuição do rendimento dos funcionários no setor público também teve um papel importante.

Gráfico 16 - Decomposição da variação do rendimento médio total entre os componentes rendimento e participação do número de empregados, por posição na ocupação – Distrito Federal – junho de 2018



Fonte: PED-DF - Convênio Seatrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e Dieese
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

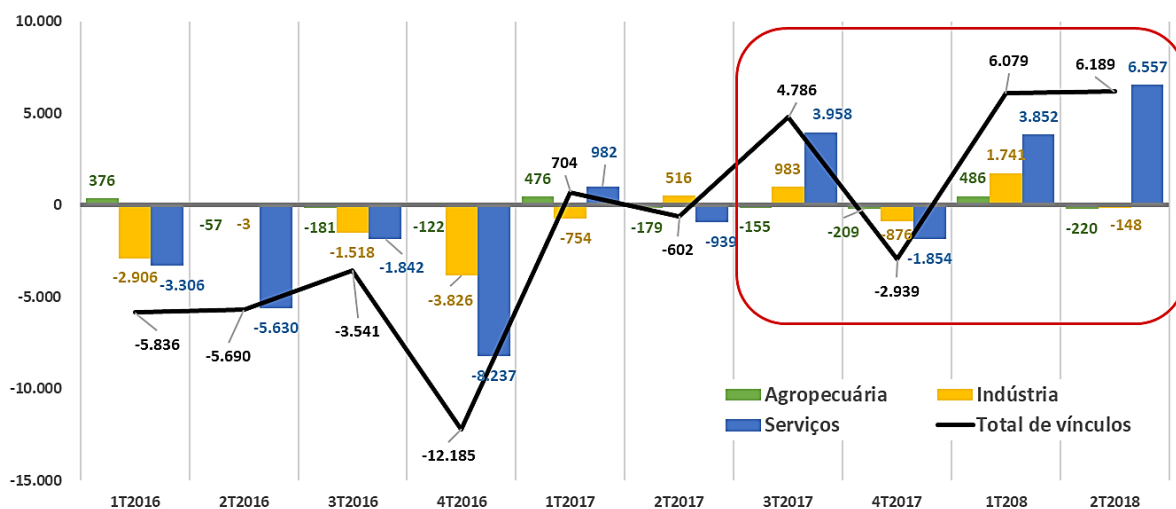
5.1. Mercado de Trabalho Formal

A análise dos registros administrativos do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED/MT) mostra um resultado diferente. Enquanto a PED apresenta um mercado de trabalho formal em retração, o CAGED aponta criação de empregos, e mercado com alguma expansão.¹⁶ Assim, as admissões superaram os desligamentos em 6.189 no segundo trimestre de 2018, contra um saldo negativo de -602 vínculos no mesmo período de 2017. O destaque do 2º trimestre foi novamente o setor de serviços que abriu 6.557 postos de trabalho.

¹⁵ Este exercício foi baseado no box “Comportamento recente do rendimento do trabalho” do Boletim Regional do Banco Central do Brasil de Julho de 2017.

Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2017/07/br201707b2p.pdf>.

¹⁶ Os motivos para esse antagonismo podem estar ligados a metodologias distintas: enquanto o CAGED é um registro censitário dos vínculos empregatícios, a PED é uma pesquisa amostral de domicílio. Tem-se ainda a possibilidade de alguns dos vínculos formais serem, na verdade, segundo emprego, ou de pessoas que moram na área metropolitana de Brasília vindo trabalhar no Distrito Federal.

Gráfico 17 - Saldo de vínculos empregatícios¹ no CAGED – Distrito Federal – 2017 e 2018

Fonte: RAIS/CAGED - Ministério do Trabalho

Elaboração: Codeplan

(¹) O saldo é calculado a partir da diferença entre admitidos (+1) e demitidos (-1) dentro e fora do prazo.

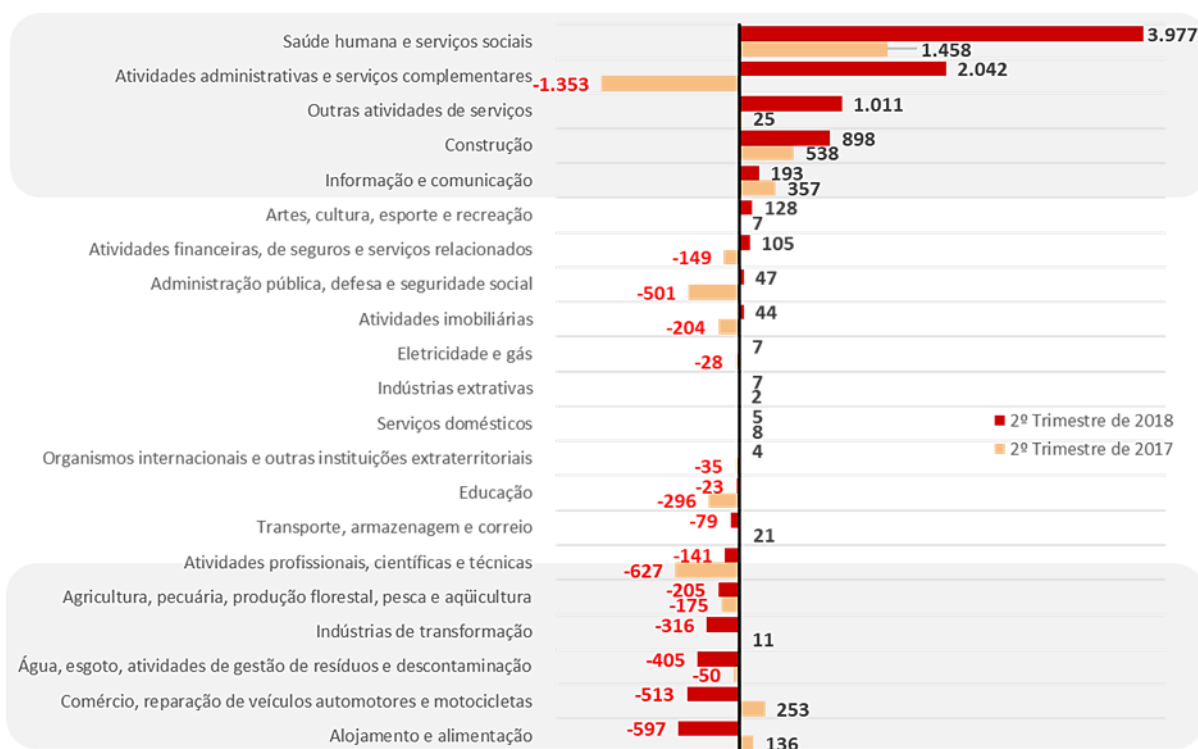
A melhora do mercado de trabalho formal é vista também na evolução ao longo dos trimestres. O Gráfico 17 apresenta de forma clara a melhora que ocorreu no mercado a partir do segundo semestre de 2017. Para fins comparativos, a soma do saldo dos últimos quatro trimestres resulta em um saldo positivo de 14.115 vínculos, enquanto a soma dos quatro trimestres imediatamente anteriores gerou um resultado negativo de -15.624. Isto é, o Distrito Federal, em 12 meses saiu de uma situação de destruição de postos de trabalho para uma situação de criação de vínculos.

Ao desagregar mais um nível, é possível observar, no Gráfico 18 quais foram as seções de atividade econômica responsáveis pelo saldo positivo neste segundo trimestre de 2018. O grande destaque continua a ser a seção de saúde humana e serviços sociais, com criação de 3.977 novos postos de trabalho somente no segundo trimestre. Este segmento mostrou resiliência na economia do Distrito federal ao longo de toda a recessão e, para fins comparativos, no mesmo trimestre do ano passado, havia criado 1.458 postos.

A segunda seção que mais gerou empregos formais foi a seção de atividades administrativas e serviços complementares, com saldo positivo em três meses de 2.042. Esta seção engloba atividades rotineiras de apoio ao funcionamento de empresas e organizações. A terceira, foi a seção de outras atividades de serviços,¹⁷ que gerou 1.011 postos de trabalho. E, em quarto, se encontra a construção, com 848 novos vínculos.

Do lado do fechamento de postos de trabalho destacam-se os serviços de alojamento, e alimentação (-597), comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (-513) e as atividades de captação, tratamento e distribuição de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, com -405.

¹⁷ A seção compreende, entre outras atividades, serviços pessoais, serviços de organizações associativas patronais, sindicais, atividades de manutenção e reparação de equipamentos de informática, de objetos pessoais e domésticos, lavanderias; cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza, etc.

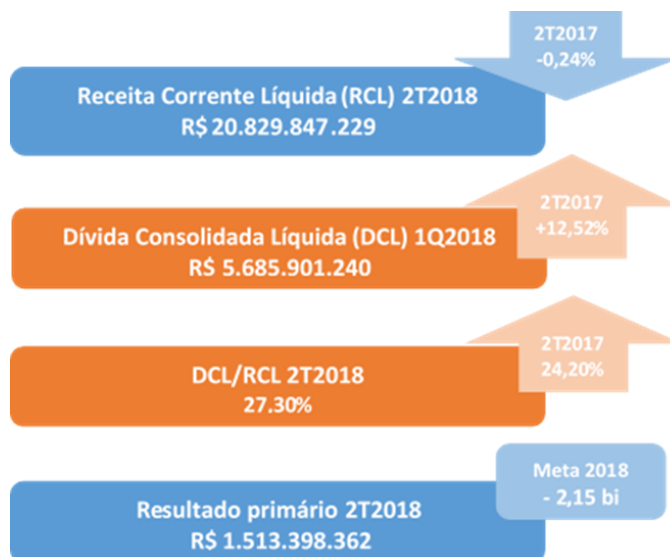
Gráfico 18 - Saldo acumulado no 2º trimestre de vínculos empregatícios¹ no CAGED – Distrito Federal – seções CNAE2.0. – 2017 e 2018

Fonte: RAIS/CAGED - Ministério do Trabalho

Elaboração: Codeplan

(¹) O saldo é calculado a partir da diferença entre admitidos (+1) e demitidos (-1) dentro e fora do prazo.

6. RESULTADO FISCAL DO DF¹⁸



6.1. Receitas

A Receita Corrente Líquida (RCL) do Distrito Federal foi, no segundo trimestre de 2018, igual a R\$ 5,25 bilhões (R\$ 20,83 bilhões no acumulado em 12 meses). Isso implica um aumento real de 0,23% na comparação com o mesmo trimestre de 2017 (mas queda de -0,24% na comparação com o acumulado 12 meses do mesmo período de 2017). Para entender o comportamento da RCL, é necessário observar a sua composição, que se dá pela arrecadação tributária e pelas transferências correntes da União, deduzidos alguns itens explicitados na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

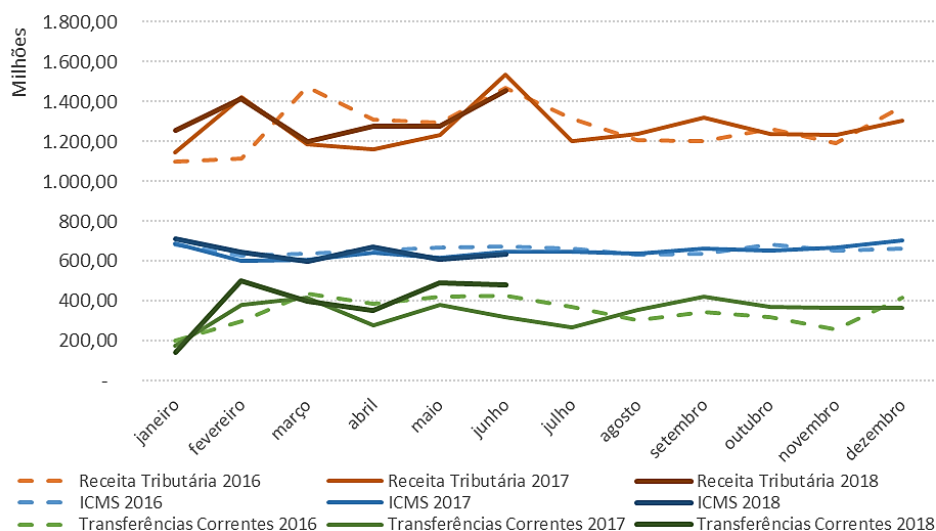
Em relação à arrecadação tributária, o principal tributo do Distrito Federal é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), assim como nas demais unidades da Federação. O ICMS correspondeu a 47,70% do total das receitas tributárias do segundo trimestre de 2018 e 36,39% da RCL, valores próximos aos do mesmo período do ano anterior, quando essas proporções foram de 48,55% e 36,41%, respectivamente. Na comparação do segundo trimestre de 2018 com o mesmo de 2017, é registrado um aumento real de 0,16% na arrecadação de ICMS, e um de 1,94% na arrecadação tributária como um todo (Gráfico 19).

As transferências correntes da União, conforme pode ser observado no Gráfico 19, tiveram um aumento real de 35,11% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. Cabe notar que essas transferências reúnem aportes relativos às competências acumuladas do DF – como Estado e Município – e aportes relativos à sua cota-parte de tributos federais, como imposto sobre produtos industrializados (IPI) e Imposto sobre a Propriedade Territorial

¹⁸ Foram utilizados os dados extraídos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), publicado pela Secretaria de Fazenda do GDF, apresentados aqui em valores reais a preços de junho/3º bimestre de 2018. Os valores foram corrigidos pelo IPCA/IBGE. O quadro-resumo da abertura da seção indica valores acumulados em 12 meses e os dados nas laterais indicam as variações reais. O resultado primário foi obtido a partir das receitas realizadas e das despesas liquidadas presentes no RREO.

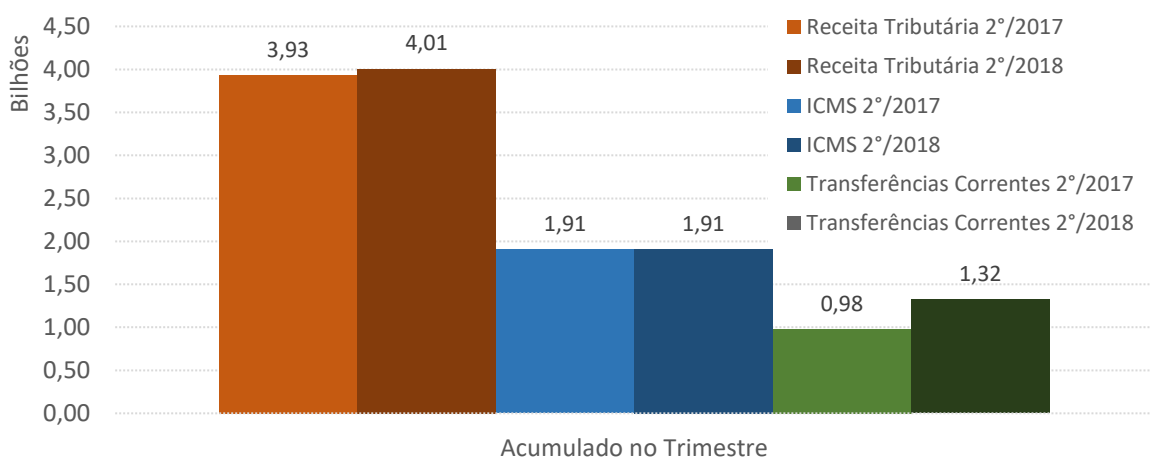
Rural (ITR), e transferências da Lei Kandir e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O seu crescimento reflete uma situação mais favorável da arrecadação da União quando se compara ao mesmo período de 2017 (Gráfico 19). O Gráfico 20 mostra o acumulado no segundo trimestre de 2017 e de 2018 dessas receitas. Observa-se, no saldo do ano, o aumento real nos montantes em relação a 2017, particularmente no que diz respeito às transferências correntes.

Gráfico 19 - Receita de ICMS, receita tributária e transferências correntes, Distrito Federal - comparação mensal 2016 a 2018 – R\$ milhões – valores reais



Fonte: RREO/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

Gráfico 20 - Receita de ICMS, receita tributária e transferências correntes, Distrito Federal - acumulado no segundo trimestre de 2017 e de 2018 – R\$ bilhões – valores reais¹⁹



Fonte: RREO/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

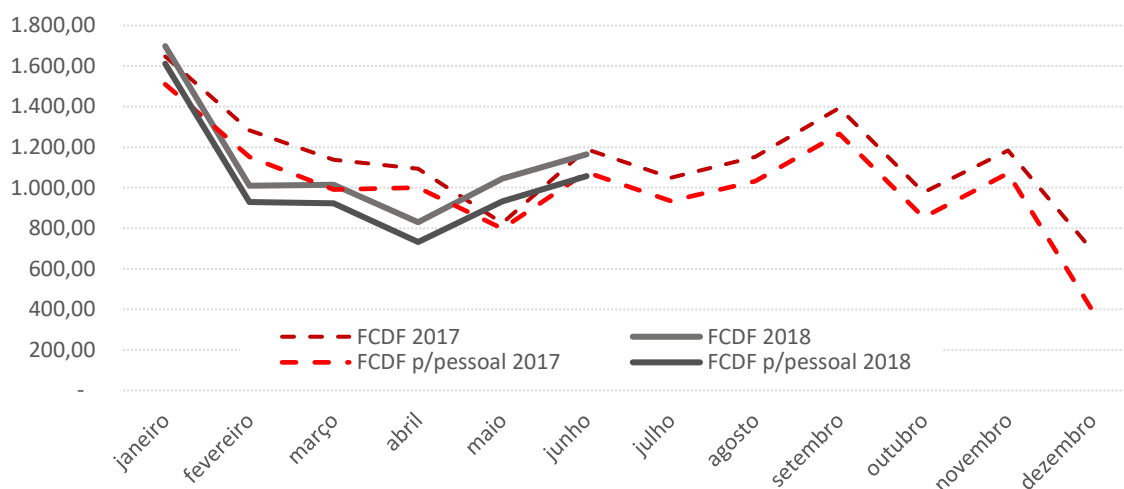
Outra fonte importante de receita para o DF é o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Esse representa a mais importante transferência da União às contas do governo distrital e é destinado principalmente a despesas com pessoal, saúde, educação e

¹⁹ Somatório dos valores reais corrigidos mensalmente a preços de junho de 2018.

segurança.²⁰ Como não é contabilizado entre as transferências correntes, o FCDF é observado separadamente.

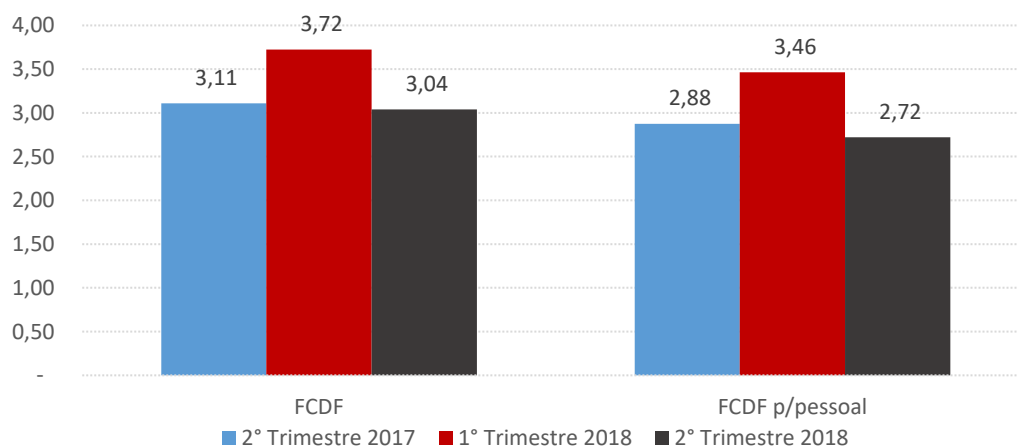
O aporte anual de recursos destinados ao FCDF é corrigido anualmente pela variação da receita corrente líquida da União, conforme definido na lei que o constitui.²¹ No segundo trimestre do ano, na comparação de 2017 para 2018, esse aporte passou de R\$ 3,11 bi²² para R\$ 3,04 bi, configurando uma queda real de 2,29%. Do total de recursos transferido ao Fundo, a parte destinada exclusivamente para gastos de pessoal sofreu uma queda de 5,36% no período, em relação ao ano anterior. Note-se que 89,57% do volume total de recursos do FCDF foram utilizados para despesas com pessoal, proporção menor do que a verificada no segundo trimestre de 2017, quando a proporção foi de 92,47%.

Gráfico 21 - Receita do FCDF e gasto com pessoal, Distrito Federal - comparação mensal entre 2017 e 2018 – R\$ milhões – valores reais



Fonte: RREO/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

Gráfico 22 - Recursos do FCDF e gasto com pessoal, Distrito Federal - comparação do acumulado no segundo trimestre de 2017, primeiro trimestre de 2018 e segundo trimestre de 2018 – R\$ bilhões – valores reais²³



Fonte: RREO/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

²⁰ Como os gastos com segurança não são intermediados pelo Distrito Federal, consta aqui apenas o montante destinado a saúde e educação, registradas no RREO.

²¹ Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

²² Somatório dos valores reais corrigidos mensalmente a preços de junho de 2018 pelo IPCA/IBGE.

²³ Somatório dos valores reais corrigidos mensalmente a preços de junho de 2018 pelo IPCA/IBGE.

6.2. Despesas

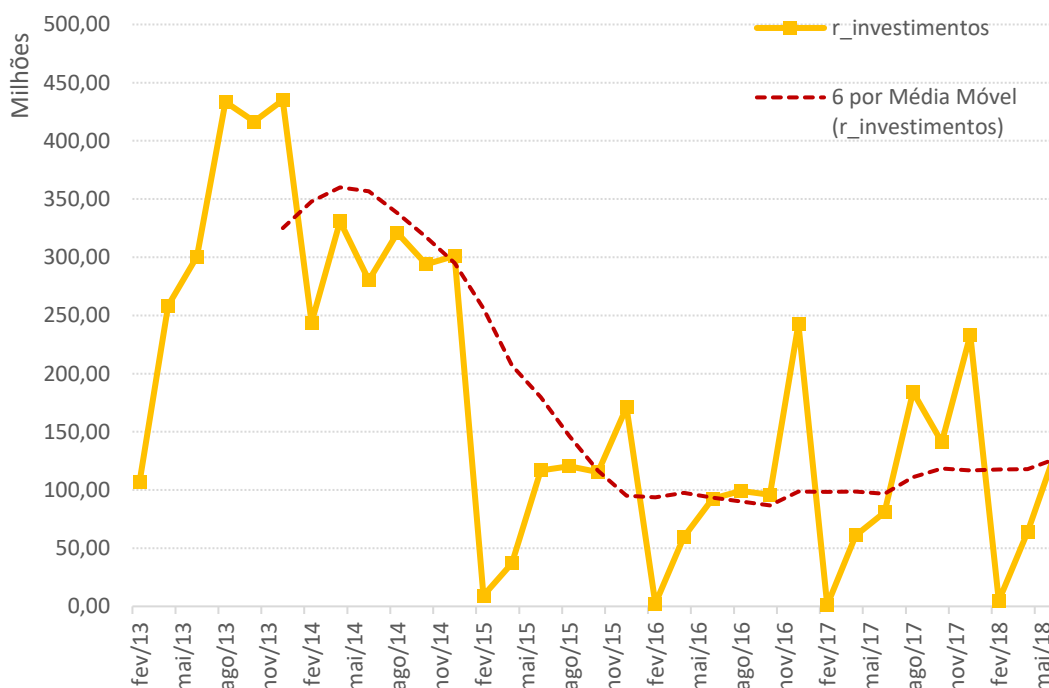
Diante da proposta de visão geral deste boletim, foi priorizada a análise do comportamento dos investimentos do Distrito Federal.

6.3. Investimentos

Na comparação com os investimentos públicos distritais realizados em 2017 (acumulado de janeiro a junho), o volume dessa categoria de despesa teve um aumento real de 42,17% em relação a 2017 e de 31,58% em relação a 2016. Os valores apresentam forte oscilação, com típica elevação no último bimestre de cada ano. Na intenção de controlar essa sazonalidade observada no final de cada ano, o comportamento do volume de investimentos nos últimos anos pode ser observado no Gráfico 23.

Ademais, note-se que a partir de 2015, o patamar de investimentos teve uma queda visível, como mostra a linha vermelha de tendência anual, acompanhando a entrada num contexto recessivo da atividade econômica da região. Isto posto, apesar da sazonalidade, a tendência a partir de 2015 (representada pela linha pontilhada) indica um crescimento do volume investido frente a 2016 e 2017, mais uma vez corroborando a tese de estabilização do processo de retração econômica.

Gráfico 23 - Investimentos do Distrito Federal - série bimestral 2013 a 2018²⁴ - R\$ milhões - valores reais



Fonte: RREO/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

²⁴ Somatório dos valores reais corrigidos bimestralmente pelo IPCA/IBGE a preços de abril de 2018. Foi utilizada uma média móvel de três quadrimestres para representar a tendência anual.

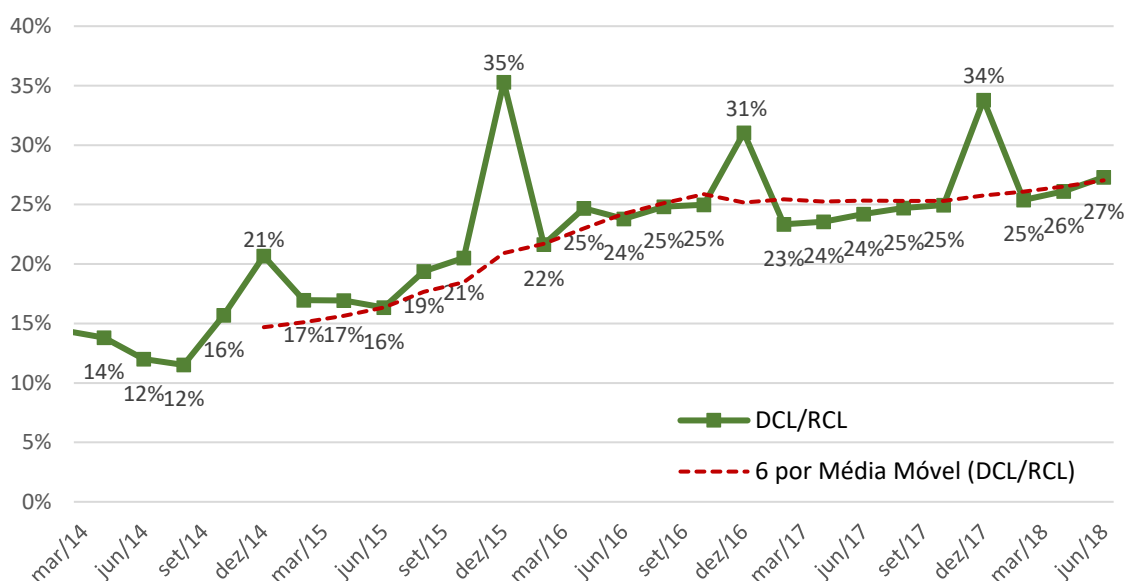
6.4. Resultado e Meta

O resultado primário do Distrito Federal, medida que avalia o esforço fiscal do governo, correspondeu a um superávit de R\$ 1,51 bilhões no segundo trimestre de 2018. A meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o período foi de R\$ -2,15 bilhões. Ou seja, o governo fechou o semestre em uma posição significativamente mais favorável do que a estabelecida na meta anual.

6.5. Sustentabilidade do Endividamento

Um dos mais importantes indicadores fiscais para as unidades federativas é a proporção da Dívida Consolidada Líquida²⁵ (DCL) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), no período de 12 meses. Essa proporção foi de 27,30% no terceiro bimestre de 2018, tendo correspondido, no mesmo bimestre de 2017 a 24,20%. Os patamares se encontram distantes do limite de alerta (180% da RCL) e do limite por resolução do Senado Federal (200%). Ainda assim, apresentam um comportamento crescente desde o início da série com picos nos finais de ano, conforme pode ser visualizado no Gráfico 24.

Gráfico 24 - Endividamento do Distrito Federal - série bimestral 2014 a 2018²⁶ - DCL/RCL



Fonte: RGF/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

²⁵ De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a DCL representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzido o saldo relativo aos haveres financeiros (disponibilidade de caixa e demais haveres financeiros).

²⁶ Somatório dos valores reais corrigidos bimestralmente a preços de junho de 2018 pelo IPCA/IBGE. Foi utilizada uma média móvel de seis bimestres para representar a tendência anual.

**Companhia de Planejamento
do Distrito Federal - Codeplan**

Setor de Administração Municipal
SAM, Bloco H, Setores Complementares
Ed. Sede Codeplan
CEP: 70620-080 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-2222
www.codeplan.df.gov.br
codeplan@codeplan.df.gov.br